

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

VINICIUS DE LARA RIBAS

**PARTIDOS POLÍTICOS EM ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO RIO
GRANDE DO SUL (1996-2012)**

**São Borja
2014**

VINICIUS DE LARA RIBAS

**PARTIDOS POLÍTICOS EM ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO RIO
GRANDE DO SUL (1996-2012)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política.

Orientador: Dr. Ronaldo Bernardino Colvero.

Coorientadora: Dr^a. Angela Quintanilha Gomes.

**São Borja
2014**

VINICIUS DE LARA RIBAS

**PARTIDOS POLÍTICOS EM ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO RIO GRANDE DO SUL
(1996-2012)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 06 de fevereiro de 2014.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero
Orientador
UNIPAMPA

Prof^ª. Dr.^a. Angela Quintanilha Gomes
Coorientadora
UNIPAMPA

Prof. Dr. Davide Carbonai
UNIPAMPA

Para Neuza, amiga de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto do estímulo, conselhos e amizade de muitas pessoas, sem as quais eu não teria chego a “reta final” do curso. Agradeço à Neuza Penalvo pela amizade, companheirismo e disposição para com nossas discussões. Estes quatro anos em que passamos juntos permaneceram por todos os outros vivos em minha memória.

Agradeço a Ronaldo Colvero pela orientação durante a graduação. A Angela Gomes e Davide Carbonai, agradeço por toda ajuda, conversas, livros emprestados e, sobretudo, pela amizade, a qual eu guardo muito carinho e espero levar comigo onde estiver.

Aos colegas de curso Juan Celli, Mauricio Bertolazi, Pamela Öesterreich, Mirele Farias, Fernanda Valença, Caroline Miranda, Fernanda Schmökel, Tatiane Lima e Gustavo Ryden agradeço pelos momentos com que compartilhamos experiências, leituras e opiniões.

Ao professor Thiago Sampaio, pela ajuda no tratamento dos dados e no *Philcarto*, muito obrigado. Agradeço também aos demais professores e aos colegas do curso de Ciências Sociais – Ciência Política da UNIPAMPA por terem contribuído para a minha formação na área.

Agradeço também aos colegas Charler Hoepner, Maize da Luz, Tiago Andrade e Vanelise Aloraldo pela amizade nos dias de biblioteca e fora dela. Aos amigos da UFRGS, Carlos Artur Gallo e Rodrigo Mayer, agradeço pelo auxílio com o projeto de pesquisa e valiosas indicações de bibliografia.

Por fim, agradeço à Eli Lara, minha mãe, Luis Fernando, meu pai, Jéssica Lara, minha irmã e Dario Chrispim e Ziza Lara, meus avós, pelo estímulo, preocupação e, sobretudo, por estarem comigo sempre.

Ao longo de sua história, o Brasil teve sete constituições, foi por duas vezes Estado unitário e depois federação, passou de monarquia parlamentarista (1824-1889) a república presidencialista (1891-1961), depois a república semipresidencialista (1961-1963) e de volta a república presidencialista (1961-), teve quatro sistemas eleitorais e seis sistemas de partidos distintos. Entretanto, apesar de todas as mudanças institucionais, as eleições de firmaram como principal mecanismo de acomodação, competição e contestação pacífica durante 180 anos de vida política.

Maria Hermínia Tavares de Almeida
(2007, p. 20).

RESUMO

O trabalho analisa a distribuição espacial dos resultados das eleições municipais majoritárias no Rio Grande do Sul, sob uma perspectiva comparada, entre 1996 a 2012. O estado possui 497 municípios, sendo os três maiores partidos o Partido Progressista (26% das prefeituras), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (26%) e Partido dos Trabalhadores (15%). Analisamos, com dados disponibilizados pelo TSE e IBGE e o programa de cartomática *Philcarto*, as sete mesorregiões do estado atendendo-se a frequência destes partidos e a longevidade das administrações locais durante a série estudada. Como resultados principais, temos o mapeamento da força local dos partidos nas mesorregiões estaduais e a identificação das regiões onde os partidos possuem ou não penetração ao nível das eleições municipais, observando os padrões de competição que se institucionalizaram no estado a partir da segunda metade dos anos 1990 até o início da segunda década dos anos 2000. A pesquisa observou, também, a ascensão do PT aos municípios do interior, bem como sua capilarização eleitoral no estado.

Palavras-Chave: Eleições municipais; Rio Grande do Sul; Prefeituras; Subsistemas partidários.

ABSTRACT

This work analyzes the spatial distribution of the results of the municipal elections in Rio Grande do Sul, in a comparative perspective between 1996-2012. The state has 497 cities, with the three major parties are the *Partido Progressista* (26% of cities), *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (26%) and *Partido dos Trabalhadores* (15%). Analyzed, with data provided by TSE and IBGE, and the program *Philcarto*, the seven regions, observing the frequency of these political parties and longevity of local government during the studied series. As main results, we are mapping the local strength of the parties in state regions and identifying regions where parties have or don't penetrate to the level of municipal elections, observing the patterns of competition that became institutionalized in the state from the second half of the 90's until the beginning of the second decade of the 2000's. The survey also noted the rise of PT to cities in the interior as well as its electoral spread in the state.

Keywords: Municipal elections; Rio Grande do Sul; Municipal government; Party subsystems.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Partido Progressista – Eleições 2000.....	40
Imagem 02: Partido Progressista – Eleições 2004.....	41
Imagem 03: Partido Progressista – Eleições 2008.....	42
Imagem 04: Partido Progressista – Eleições 2012.....	43
Imagem 05: Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Eleições 2000.....	48
Imagem 06: Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Eleições 2004.....	49
Imagem 07: Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Eleições 2008.....	50
Imagem 08: Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Eleições 2012.....	51
Imagem 09: Partido dos Trabalhadores – Eleições 2000.....	59
Imagem 10: Partido dos Trabalhadores – Eleições 2004.....	60
Imagem 11: Partido dos Trabalhadores – Eleições 2008.....	61
Imagem 12: Partido dos Trabalhadores – Eleições 2012.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Eleições municipais no Brasil (1996-2012).....	29
Quadro 02: Eleições municipais no Rio Grande do Sul (1996-2012).....	34
Quadro 03: Partido Progressista em prefeituras (1996-2012).....	38
Quadro 04: Partido Progressista: presença (em %) nas mesorregiões do Rio Grande do Sul (2000-2012).....	40
Quadro 05: Partido do Movimento Democrático Brasileiro em prefeituras (1996-2012).....	46
Quadro 06: PMDB: presença (em %) nas mesorregiões do RS (1996-2012).....	47
Quadro 07: Desempenho eleitoral do PT: partido anterior nas cidades do Rio Grande do Sul em % (2000-2012).....	57
Quadro 08: Partido dos Trabalhadores: presença (em %) nas mesorregiões do Rio Grande do Sul (2000-2012).....	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Eleições municipais no Brasil: PMDB, PP e PT (1996-2012).....	30
Gráfico 02: Eleições municipais no Rio Grande do Sul: PMDB, PP, PT e PDT (1996-2012).....	34
Gráfico 03: Prefeituras conquistadas pelo PP em % (1996-2012).....	39
Gráfico 04: Prefeituras conquistadas pelo PMDB em % (1996-2012).....	47
Gráfico 05: A disputa pelo "terceiro lugar": PT e PDT (1996-2012).....	55
Gráfico 06: Prefeituras conquistadas pelo PT em % (1996-2012).....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-2 – Ato Institucional número 2
AI-5 – Ato Institucional número 5
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BA – Estado Burocrático-autoritário
DEM – Democratas
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCO – Partido da Causa Operária
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPR – Partido Progressista Renovador
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRP – Partido Republicano Progressista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão

PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSP – Partido Social Progressista
PST – Partido Social Trabalhista
PSTU – Partido dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTdoB – Partido dos Trabalhadores do Brasil
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PTR – Partido Trabalhista Reformador
PV – Partido Verde
RS – Rio Grande do Sul
SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1. Introdução.....	15
2. Sistema partidário e eleições no Brasil e Rio Grande do Sul.....	20
2.1. Rio Grande do Sul: partidos e eleições desde 1965.....	31
2.2. Considerações parciais.....	35
3. A herança do bipartidarismo no estado: PP e PMDB.....	36
3.1. Partido Progressista (PP).....	36
3.2. Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).....	45
3.3. Considerações parciais.....	53
4. O PT e a disputa pelo “terceiro lugar” no estado.....	55
4.1. Partido dos Trabalhadores (PT).....	55
4.2. Considerações parciais.....	62
5. Considerações finais.....	64
Bibliografia citada.....	66
Anexos.....	72

1 INTRODUÇÃO

Com exceção do período do Estado Novo, de 1937 a 1945, a vida política do Brasil foi marcada por disputas eleitorais. A epígrafe deste trabalho, trecho de um texto de Maria Hermínia Tavares, nos faz refletir que, por mais de 180 anos, as eleições foram o principal caminho para o acesso ao poder e manutenção de governo dentro e fora de períodos democráticos. Excluindo-se o período de oito anos de Estado Novo, sempre houve competição para cargos eletivos, podendo ser, dentre outros: legisladores ao tempo do Império; presidentes de estado, Presidente da República, legisladores e interventores ao tempo da República Velha; governadores, prefeitos, legisladores e Presidente da República durante a primeira experiência de democracia no Brasil; legisladores e prefeitos de cidades do interior que não fossem zonas de fronteira ou com potencial petrolífero durante o regime militar e, por fim, desde a redemocratização, legisladores e cargos do Executivo em todos os níveis da federação: municípios, estados e União.

O presente trabalho busca analisar um período histórico destes quase 200 anos de eleições no Brasil. Trata-se da segunda metade dos anos 1990 até os nossos dias, incorrendo a cerca das eleições municipais no Rio Grande do Sul, entre 1996 e 2012, em uma série de cinco pleitos contínuos.

O tema “eleições municipais” não está no centro da agenda de pesquisa da contemporânea ciência política brasileira. Pelo contrário. São poucos os trabalhos que discutem a temática e debruçam-se sobre ela para entender as questões de representatividade, eleições e partidos, sistema partidário e democracia brasileira. Dentre os trabalhos mais destacados, está a coletânea de artigos organizada por Speck e Carneiro (2013) sobre as eleições 2012 no Brasil e, em uma análise mais específica, o trabalho de Carreirão (2000) sobre a história das eleições municipais em Florianópolis.

A literatura especializada reconhece essa “lacuna” nas investigações daquilo que é a experiência de eleger governo e representantes mais próxima do cidadão, sobretudo nos municípios menores. Para Bruno Speck e José Carneiro, “se para o cidadão a política municipal representa a experiência mais imediata da democracia, a ciência política tomou o caminho inverso” (2013, p. 07). Ian de Souza Carreirão segue a mesma tendência ao admitir

que “a literatura sobre eleições municipais é relativamente escassa no país, no que se refere ao período em que vigora o atual sistema partidário” (2009, p. 35).

No mesmo sentido, Maria Teresa Kerbauy defende que uma agenda de pesquisa consolidada com a temática das eleições municipais é fundamental para o entendimento do sistema partidário brasileiro:

Uma agenda de pesquisa mais consistente sobre os partidos políticos no Brasil, com especial atenção ao papel que desempenham nas eleições municipais, sem dúvida faria melhorar o entendimento sobre o sistema partidário brasileiro (KERBAUY, 2009, p. 29).

Falar de eleições municipais é, portanto, desafiar-se na construção de algo com um número pequeno de trabalhos específicos e tentar, de alguma forma, entender os subsistemas partidários presentes na competição política-eleitoral brasileira. Essas eleições contribuíram para a consolidação democrática em nosso território, na medida em que são vistas como a experiência mais próxima e imediata da democracia.

Para tal, é preciso entender a democracia não apenas como um valor, mas também como um instrumento. Por valor, as definições clássicas nos remetem ao regime democrático como a busca pelo bem comum. Como instrumento, podemos ampliar o panorama de demandas ao regime, particularmente aos regimes de democracia representativa ou democracia moderna, e incluir não apenas o abstrato “bem comum”, mas também o desenvolvimento humano e a ampliação de direitos e igualdade política entre os cidadãos (O’DONNELL, 2011; 2013). Portanto, institucionalizar e reconhecer eleições como produtoras de equipe de governo é promover a ampliação dos direitos e igualdade política, promovendo, assim, a própria democratização (TILLY, 2013).

Assim sendo, o trabalho pretende dar luz aos processos mais conhecidos da democracia: eleições. Entendemos que a competição ao nível micro, portanto nos subsistemas partidários em plano municipal, é tão importante para compreender a atual democracia quanto às disputas que elegem Presidente da República – com farta literatura –, e por carecerem de investigações que as analisem de forma exaustiva, aqui promoveremos uma análise comparativa entre cinco eleições ocorridas de forma contínua.

Para tal, em nossa pesquisa vamos analisar comparativamente as eleições municipais de 1996 a 2012 no estado do Rio Grande do Sul. Com isso, teremos os pleitos de 1996 e 2000,

antes de findada a transição política para a democracia (MARENCO, 2007) e 2004, 2008 e 2012, em um período de estabilidade democrática e já vencida a transição política, ou seja, quando há uma estabilidade democrática, sob a gerência de partidos políticos, considerados os “agentes centrais do processo democrático” (MENEGUELLO, 1998, p. 20).

Como objetivo central do trabalho, buscamos entender a dinâmica dos partidos políticos em competição eleitoral ao nível municipal no estado do Rio Grande do Sul, sob uma perspectiva comparada. Como objetivos específicos, identificaremos a predominância dos partidos nas sete mesorregiões do estado, sua continuidade ou descontinuidade ao longo da série estudada e, por fim, o crescimento eleitoral de um partido (PT) e estabilidade eleitoral de outros dois partidos (PP e PMDB).

Para promovermos a pesquisa ao qual aqui apresentamos os resultados, nos sustentamos em pressupostos epistemológicos da política comparada, considerada por Sartori (1994, p. 42) clássica na ciência política. Segundo Ronald Chilcote, política comparada pode ser utilizada na compreensão de “todas as formas de atividade política” (1994, p. 16). Ao nosso caso, no estudo das eleições e partidos, enquadramo-nos na corrente teórica de estudos comparados entre “teorias de sistemas políticos e Estados”¹.

De acordo com Ângelo Panebianco (1994), a comparação é o principal instrumento disponível de controle de hipóteses, tendo como objetivo na ciência política compreender fenômenos. Segundo o autor, há três grupos diferentes de comparatistas, onde as divergências se dão no modo de como se dá a atividade investigativa e não quanto ao comparatismo. São eles: (1) os *ideógrafos*, em maior número e sem interesse na construção de teorias globais e generalizantes, mas sim com o interesse voltado às questões atuais, ou seja, com objetos interessantes por si próprios; (2) os *teóricos*, que se constitui em um grupo mais restrito interessado no avanço do escopo teórico e acumulação do saber sem, no entanto submeter seus estudos ao exame da realidade empírica; por fim, há também (3) os *comparatistas*, um grupo com menor número de pesquisadores, sendo os que conjugam o estudo de processos sociais e políticos (os estudos de caso) com a teoria e modelos generalizantes (PANEBIANCO, 1994, p.81-5).

¹ Segundo Chilcote, são cinco as correntes teóricas de estudos comparados: “[1] teorias do estado, [2] teorias da cultura, [3] teorias do desenvolvimento, [4] teorias das classes e [5] teorias da política econômica” (1994, p. 20). Em seu estudo, o autor dedica um capítulo para cada uma das quatro primeiras e promove uma agenda de pesquisa (nas conclusões) ao iniciar a compreensão da quinta corrente dentro da ciência política norte-americana (CHILCOTE, 1994, p. 163-440 para ver o estudo das quatro correntes; p. 441-516 para ver o estudo da quinta corrente, de política econômica).

Dentro do grupo em que se apoia nas teorias de Estados e sistemas partidários, esse trabalho busca investigar comparativamente eleições municipais no sistema partidário brasileiro que se configura no Rio Grande do Sul. Portanto, apoiamo-nos no terceiro grupo explicitado por Panebianco, os “comparatistas”, na medida em que nossos dados e a pesquisa empírica serão relacionados aos achados da literatura sobre sistema partidário e eleições no Brasil.

Para a pesquisa, utilizamos os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) disponíveis em seu site², no tocante aos resultados eleitorais do estado. Os dados quanto aos municípios, extensão territorial, ID (localizador numérico) e localização geográfica foram recolhidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também disponíveis em site³ próprio do órgão.

De posse dos dados dos municípios e resultados eleitorais, tratamo-los com o programa de estatística *SPSS*, versão 21, e com o programa de cartomática *Philcarto*⁴, na construção dos mapas eleitorais apresentados ao longo dos capítulos.

O trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, apresentamos uma discussão bibliográfica sobre o sistema partidário brasileiro, suas mudanças e continuidades, desde a primeira experiência democrática no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 1940, até os dias de hoje. Reservamos, neste capítulo, uma parte específica ao Rio Grande do Sul, onde construímos linearmente a bibliografia das eleições do estado desde o início do período bipartidário, em 1965. Recordamo-nos, entretanto, que a lógica do bipartidarismo acomodou no estado um antigo padrão de polarização entre grupos rivais, portanto muito anteriores ao momento de institucionalização do sistema de dois partidos.

O segundo capítulo dedica-se a análise das eleições municipais no estado com seus dois maiores partidos em âmbito dos municípios: Partido Progressista (PP) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

O terceiro capítulo apresenta o avanço do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado, buscando ascender ao “terceiro lugar” em administrações locais. Seguindo uma lógica nacional, o PT é o único partido dentre os estudados que eleição após eleição convive com o

² O site do TSE é < <http://www.tse.jus.br/>>. Último acesso em 12 de janeiro de 2014.

³ O site do IBGE é < <http://www.ibge.gov.br>>. Último acesso em 12 de janeiro de 2014.

⁴ Disponível para download gratuito em < philcarto.free.fr>. Último acesso em 07 de outubro de 2013.

crescimento de vitórias eleitorais. Isso se reflete nos resultados do estado, onde atualmente o partido é o que detém a terceira colocação, seguido do PDT e por fim PTB.

Por fim, apresentamos as considerações finais e a bibliografia citada ao longo deste texto. Em anexo, um CD contém a base de dados utilizada para as análises, proveniente do TSE e IBGE, e o arquivo (formato *shapefile*) utilizado para a construção dos mapas eleitorais.

2 SISTEMA PARTIDÁRIO E ELEIÇÕES NO BRASIL E RIO GRANDE DO SUL

A primeira experiência democrática no Brasil⁵ iniciou-se com o fim da ditadura do Estado Novo, em 1945, e encerrou-se com o golpe civil-militar⁶ de 1964, depondo João Goulart da presidência da República. Com pouco menos de vinte anos quando findou, o regime democrático não possuía os pilares básicos de “uma real democracia de massas” (SOUZA, 1985, p. 75), sendo um período de “instabilidade endêmica” onde as crises eram solucionadas de maneira autoritária. Bolívar Lamounier (1985, p. 106) argumenta, entretanto, que mesmo com uma dose de autoritarismo presente, é neste período que surge a ideia de democracia no Brasil e a experiência de “democracia populista” serviu para um breve início de institucionalização de um sistema partidário plural, com crescente índice de identificação da sociedade perante os partidos políticos existentes⁷.

A literatura sobre este período, de 1945 a 1964, é extensa⁸ e não cabe, neste momento, uma revisão exaustiva dela. Cabe salientar, entretanto, que esta “democracia populista”, na expressão de Campelo de Souza, foi o seio de um sistema partidário que acomodou uma competição plural – havia três partidos nacionais fortes: PTB, PSD e UDN; além dos regionais como PSP (em São Paulo) e PSB (Pernambuco) – e com eleições razoavelmente limpas. O golpe, além de dar fim à experiência democrática, inaugura o “Estado burocrático-autoritário (BA)” brasileiro. Nas palavras de Guillermo O’Donnell, este Estado BA (expressão própria dos países da América Latina), se constituía em “novas formas de dominação autoritária” (O’DONNELL, 1990, p. 19) e era o resultado de uma

atemorizada reação da burguesia (e seus aliados internos e externos) diante de um processo ocorrido em sociedades dependentes porém extensamente industrializadas que, impulsionado por uma crescente ativação popular, parece ameaçar (embora com diversos graus de iminência em cada caso) os parâmetros capitalistas e as filiações internacionais desses países. (O’DONNELL, 1990, p. 24).

⁵ Foram os Presidentes do período: Eurico Gaspar Dutra (1946-50), Getúlio Vargas (1950-54), Café Filho (1954), Juscelino Kubitchek (1955-60), Jânio Quadros (1960-61) e João Goulart (1961-64).

⁶ A terminologia “civil-militar” vem do entendimento que o golpe alinhou a reação da burguesia com o poderio militar, frente ao reformismo do governo Jango. René Drefuiss destaca o envolvimento dos empresários, aglutinados nas organizações IPES e IBAD, em conjunto com os militares no golpe de 1964. Posteriormente (como veremos em seguida), a configuração de um Estado burocrático-autoritário relegou os grandes cargos da administração pública aos militares de alta patente e empresariado nacional (DREFUISS, 1980, p. 481).

⁷ O Trabalho de Lavareda (1991) destaca a crescente identificação dos eleitores com os partidos, no período de 1945 até 1965, quando as organizações foram extintas por intermédio do AI – 2.

⁸ As principais contribuições para entender o regime são os trabalhos de Souza (1976), Weffort (1978), Lima Jr (1983), Lavareda (1991) e Nicolau (2004). Para compreender os partidos protagonistas deste período, consultar os trabalhos de Hipólito (1985), sobre o PDS; Benevides (1981), sobre a UDN; e, por fim, Delgado (1989) e Benevides (1989), sobre o PTB.

Essa “atemorizada reação burguesa” se refletiu, no Brasil, na organização de marchas católicas e ação dos empresários (ver *nota n.º 6*) frente as reformas estruturais, tais como reforma agrária e do ensino público, propostas pela presidência da República. Em um capitalismo dependente, porém industrializado, a aliança civil-empresarial com os militares, patrocinada por capital estrangeiro (MORAES NETO, 1997, p. 93; FICO, 2008, p. 30), forneceu todas as condições necessárias para a instalação de um Estado burocrático-autoritário (BA).

Os Estados burocrático-autoritários agem da seguinte forma: tendo como base social a burguesia nacional e principais instituições especializadas na coerção física, excluem politicamente o setor popular ativo, como sindicatos, bem como excluem economicamente o setor popular, suprimindo a cidadania e a democracia política e visando à despolitização da questão social; fecha os canais democráticos de acesso a cargos públicos, relegados aos chefes das Forças Armadas e de grandes empresas (O’DONNELL, 1990, p. 61-2).

Destas características, a relativa à supressão da cidadania e a democracia política e a que prevê o as dificuldades ao acesso aos cargos públicos, extinguindo as eleições, o Estado burocrático-autoritário brasileiro não incorpora com a mesma intensidade de outros países latino-americanos, como Argentina e Uruguai. Nesses dois casos, o parlamento foi fechado e não houve, portanto, eleições legislativas. Durante toda a ditadura militar brasileira, ocorreram eleições para os legislativos estaduais e nacionais, tentativa de “maquiar democracia” ao regime de exceção (SKIDMORE, 1988, p. 33). No entanto, essas eleições eram manipuladas e viciadas pela constante edição das regras eleitorais por parte do governo.

Com o propósito de manter este espírito forjado de competição político-partidária criada, por intermédio do Ato Institucional n.º 2 (AI-2), o bipartidarismo brasileiro: de um lado, o partido de sustentação do regime autoritário, chamado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e por outro, uma frente de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁹. A extinção do sistema multipartidário não encontrou resistências por parte dos políticos conservadores (pertencentes a UDN), que apoiaram o golpe civil-militar¹⁰. Estes foram, inclusive, de certa forma beneficiados pelo fim da UDN, desgastada publicamente¹¹.

⁹ Para mais informações sobre a ARENA, ver Grinberg (2009), sobre o MDB, ver Kinzo (1988).

¹⁰ Para consultar os programas dos partidos extintos e dos criados (ARENA e MDB) por intermédio do AI-2, ver Chacon (1981).

¹¹ Kinzo observa que em torno de 90% dos parlamentares da UDN migraram para a ARENA. O PSD se dividiu: 64% foram para a ARENA e 36% para o MDB. Do PTB, 70% constitui o MDB (KINZO, 1980, p. 221).

Scott Mainwaring, Rachel Meneguello e Timothy Power explicam a nova feição da competição eleitoral brasileira, adquirida depois do golpe:

O regime militar teve ampla aceitação pelos partidos conservadores, tanto que o primeiro presidente militar, general Humberto Castelo Branco, teve pouca dificuldade em garantir as adesões de muitos políticos no governo. Nos seus primeiros dois anos no cargo, governou com o apoio de uma facção majoritária no Congresso, o Bloco Parlamentar da Revolução, ainda baseado nos velhos partidos de 1945-1964. Foi em outubro de 1965, com o Ato Institucional nº. 2 (AI-2) que extinguiu todos os partidos e, em seguida, com o Ato Complementar nº. 4, que estabeleceu o sistema bipartidário, tendo início uma clivagem que iria caracterizar a política brasileira durante uma geração: autoritários *versus* conservadores. (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 24).

Deste modo, a inauguração da ARENA e do MDB se deu de forma artificial, o que levou o governo autoritário a criar casuísmos eleitorais¹², como as “sublegendas” nos partidos, inaugurada em novembro de 1965. De acordo com Jairo Nicolau, “caso utiliza-se a sublegenda, um partido poderia apresentar até três nomes para a disputa do mesmo cargo, o que significa dizer que em uma eleição para prefeito, por exemplo, poderiam concorrer até seis nomes, três da Arena e três do MDB” (NICOLAU, 2012, p. 108). Estes casuísmos iniciais demonstram a falta de enraizamento dos novos partidos entre os eleitores e políticos, que disputavam votos dentro do próprio partido.

Na definição de Sartori, bipartidarismo é um sistema simples onde “um partido governa sozinho, [entretanto] devemos acrescentar imediatamente: sozinho, mas não indefinidamente. Se for sempre o mesmo partido que fica no poder, eleição após eleição, temos um sistema de partido predominante, e não um sistema bipartidário” (SARTORI, 1982, p. 214). O Estado burocrático-autoritário brasileiro procurou, então, institucionalizar este autoritarismo criando “de cima para baixo” dois partidos, o que não significa que o sistema constituísse como bipartidário por este motivo. Se considerarmos que o presidente-militar se identificava com a ARENA – sua base congressual – temos, portanto, um sistema de partido dominante no plano nacional¹³.

A competição entre ARENA e MDB, ou “autoritários *versus* conservadores” respectivamente, durou o tempo em que a economia suportou a dinâmica do BA. Em 1974

¹² “Casuísmo eleitoral” foi a forma que o regime militar encontrou para modificar constantemente as regras eleitorais em seu favor, viciando os resultados.

¹³ Rafael Machado Madeira confirma a hipótese de que o bipartidarismo era apenas uma fachada para um sistema de partido dominante ao estudar a distribuição de cadeiras no Congresso Nacional. A título de exemplo, nas eleições de 1970, a ARENA passa ocupar 59 cadeiras no senado, enquanto que o MDB apenas sete. (MADEIRA, 2006, p. 60).

tem fim o “milagre econômico”¹⁴, período em que a economia brasileira expandiu-se de forma considerável. O evento coincide, não de forma casual, com o período mais duro do regime, conhecido como “anos de chumbo”¹⁵. Com a derrocada do “milagre”, a ARENA passa a também perder votos – principalmente da classe média – e sofre sua primeira derrota eleitoral ainda 1974, nas eleições parlamentares. Fabio Wanderley Reis explica a importância da derrota eleitoral da ARENA para o regime:

Facilitada pelo quadro político-partidário bipolar, que passou a fornecer claro molde institucional para contraposições simples como as que se dão na consciência popular entre categorias tais como "ricos" e "pobres", "povo" e "governo", tal retomada das tendências anteriores se deu em 1974, quando o MDB catalizou pela primeira vez as preferências populares e obteve inequívoca vitória nas eleições para o Senado. Abre-se, a partir daí, nova fase nas manobras institucionais do regime, que buscam agora neutralizar o potencial de mobilização do voto popular com que o MDB passa a contar sobretudo nos centros urbanos, culminando na liquidação forçosa do bipartidarismo e na restauração de uma estrutura multipartidária através de poderosos incentivos legais e políticos (REIS, 1983, p. 113).

A partir de 1974 e da vitória do MDB, inicia-se o processo de transição para a democracia com a posse de Ernesto Geisel na presidência da República, tendo em vista que este manifestou a intenção de transição e isto foi tomado como verdade pela sociedade civil. O caso brasileiro é típico de uma “transição por transação” (SHARE; MAINWARING, 1986) – onde há muitas etapas a serem superadas e recuos ao longo das negociações de liberalização do regime – e “extremamente longa” (MARENCO, 2007, p. 74-5) se comparada a outros casos da América Latina e da Europa¹⁶.

Guillermo O’Donnell definiu as transições políticas na América Latina em cinco passos: o primeiro é (i) quando o ditador sinaliza a liberalização do regime e isto tem crédito na sociedade. Depois, (ii) dá-se início a um governo civil. Em seguida, (iii) ocorrem as “eleições fundadoras”, ou seja, primeira eleição direta para Presidente da República. O passo quatro (iv) constitui-se na eleição de um presidente de oposição ao regime e, por fim, (v) a

¹⁴ O período conhecido como “milagre econômico” compreende aos anos de 1969 a 1973, quando a economia brasileira alcançou um nível de expansão maior do que os anos anteriores. Em 1973, a título de exemplo, o índice de crescimento econômico foi de 14%, o mais alto desde 1928 (SKIDMORE, 1988, p. 30). Foi nesse período também, com o ditador Garrastazu Médici, o período de maior repressão aos civis. Para conhecer detalhes do “milagre econômico” e suas consequências na economia e política brasileira, ver Singer (1976).

¹⁵ Os “anos de chumbo” coincidem com o “milagre econômico”. A edição do Ato Institucional nº. 5 (AI-5), em dezembro de 1968, “autorizava a suspensão dos direitos civis normais, tais como o *habeas-corporis*, justificando a medida pela necessidade de proteger a segurança nacional” (SKIDMORE, 1988, p. 29). O AI-5 institucionalizou, no Brasil, o terror de Estado e os “anos de chumbo”.

¹⁶ Quatro volumes, editados por O’Donnell, Schmitter e Whitehead (1988a; 1988b; 1988c; 1993), analisam as transições na América Latina e sul da Europa em perspectiva comparada.

transição completa-se com a eleição de um partido de esquerda para ocupar a presidência da República (O'DONNELL, 1986, p. 87-90).

André Marengo, ao utilizar a proposta de O'Donnell para estudar os casos latino-americanos, conclui que a do Brasil foi a mais longa em comparação com Argentina, Chile e Uruguai, durando 28 anos. A nossa transição iniciou-se em 1974, após a já citada derrocada do “milagre econômico” e, por consequência, fim do apoio da classe média ao governo militar, quando Geisel sinalizou o início de uma “distensão lenta”, portanto quando o ditador sinaliza uma “liberalização do regime”. O processo conclui-se com a eleição de um partido de esquerda para Presidência da República, em 2002, na figura de Lula, sem trauma para a democracia (MARENCO, 2007, p. 86).

Lenta e gradual – segundo os militares – e extremamente longa – segundo a academia –, a transição também reuniu, como explica Weffort (1984; 1992), elementos conservadores, gestados ao longo do ciclo militar e para a este servir, junto a elementos democratizantes, como a legalidade aos partidos de esquerda e, à época da Constituinte, a descentralização política¹⁷.

Durante esta longa transição, liberalizou-se, aos poucos, o sistema partidário e eleitoral brasileiro. Um “divisor de águas” nesse processo foi a Reforma Partidária de 1979 – uma proposta elaborada pelo próprio governo militar –, tendo em vista que gerou um gradual relaxamento da repressão aos partidos e líderes políticos (governo Figueiredo em relação aos períodos Geisel e Médici), ao mesmo tempo fragmentando a oposição e tentando consolidar o partido governista como o vencedor em pleitos futuros. Como escreveu Scott Mainwaring, o fim do bipartidarismo era uma antiga reivindicação da oposição¹⁸, entretanto, o governo utilizou-se desta reivindicação para enfraquecê-la¹⁹. O partido do governo permaneceu uno,

¹⁷ A transição brasileira apresentou muitas contradições: durante o período de “distensão”, no governo Geisel, ocorreram mortes por tortura e de responsabilidade do Estado e, no período de “abertura”, no governo Figueiredo, o ressurgimento do movimento operário, em 1978. De acordo com Weffort (1984, p. 56), “na transição, descobre-se que o país vai deixando para trás as imagens conservadoras que a tradição busca ciosamente preservar”. Luciano Martins argumenta que um “padrão de concessões limitadas combinadas ao estrito controle da iniciativa e do processo político continuou a prevalecer sob o governo Figueiredo [o último do regime militar brasileiro]” (MARTINS, 1988, p. 126).

¹⁸ Para uma cronologia do debate na sociedade sobre os novos partidos, de janeiro de 1978 a maio de 1979, ver a sistematização de Kinzo (1980, p. 239-259) e, para um “inventário do debate” do período, bem como a participação dos atores políticos presentes no momento, ver Figueiredo e Cheibub (1982).

¹⁹ Não apenas as elites políticas, mas toda a sociedade civil, foi enfraquecida durante a transição. A dificuldade de fortalecer oposições ao regime – tanto partidárias quanto no seio da sociedade civil – é explicada por Morlino como uma resposta da capacidade do regime autoritário em conduzir “efetivas políticas de socialização e

enquanto que os opositoristas dividiram-se em agremiações distintas (MAINWARING, 2001, p. 322).

De início, os cinco partidos que surgiram com a Reforma Partidária foram²⁰:

1. Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), reunindo as lideranças nacionais do antigo MDB e diversos setores que já integravam a frente, cuja alteração do nome – inclusão do termo “partido” – se deu por força da nova legislação eleitoral, que visava, sobretudo, extinguir a identificação eleitoral do MDB com a sociedade. O PMDB consolidou-se como um partido de centro no sistema político.
2. Partido Popular, proveniente de uma ala do MDB liderada por Tancredo Neves, com pouco tempo de existência. Na tentativa de enfraquecer ainda mais a oposição já dividida, o governo Figueiredo editou o “pacote de novembro”, que inviabilizou a existência do Partido Popular – este vinha se mostrando, nas palavras de Lamounier e Meneguello (1986, p. 78), estar no “papel de oposição confiável” – reincorporando-o ao PMDB.
3. Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fruto de uma polêmica briga judicial entre o antigo petebista Leonel Brizola, que retornava do exílio e tinha o projeto de remontar o PTB da democracia de 1946, com Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas. Na justiça – com a ajuda do general Golbery do Couto e Silva – Ivete Vargas ganhou o direito da sigla. Golbery, chefe da Casa Civil, tinha o objetivo de deslegitimar o PTB, que possuía ainda alguma identificação entre o operariado. De acordo com Delgado (1988), a partir de 1954, com o suicídio de Vargas, o partido passa a conviver com um reformismo radical dentro de seu espírito. Em 1979, o novo PTB pouco ou nada tinha a ver com este reformismo, se aproximando dos militares e dos setores conservadores e dominantes. O PTB localiza-se ao centro no sistema político.
4. Partido Democrático Trabalhista (PDT). Com esta cisão no trabalhismo petebista, a tendência liderada por Leonel Brizola funda o PDT, com força principalmente

supressão [que] deixou a sociedade civil passiva, enfraquecida, fragmentada e desorganizada durante a transição que se seguiu” (MORLINO, 2010, p. 26).

²⁰ Neste trabalho, usamos a classificação de Rodrigues ao definir o espectro ideológico dos partidos, que diz: “No bloco da direita, o PPB e o PFL; no do centro, o PMDB e o PSDB e, no da esquerda, o PDT e o PT”. O autor enquadra o PTB ao centro. (RODRIGUES, 2002, p. 32).

em dois estados: Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Localizado à esquerda do sistema político brasileiro.

5. Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1980, como o primeiro partido brasileiro externo aos grupos parlamentares e “de massas” na adequação de Duverger²¹. De acordo com Rachel Meneguello (1988, p. 21), o PT se constituía na “novidade da política brasileira”, pois reunia setores até então excluídos de uma direção partidária²². Os setores fundacionais do PT foram, principalmente, os sindicalistas, os intelectuais, organizações de esquerda, movimentos populares urbanos e alguns políticos (MENEGUELLO, 1988, p. 58-63). Em 2008, Meneguello, junto a Amaral, revisita a tese do PT como um produtor de novidade, concluindo que, mesmo após assumir por duas vezes a presidência da República, o partido não havia perdido o seu caráter inovador, próprio do seu nascimento (MENEGUELLO; AMARAL, 2008, p. 20). Localizado à esquerda do sistema político brasileiro.

As eleições de 1982 são as primeiras, ainda durante o período de exceção, que os novos partidos disputam. Nela, foram eleitos por voto direto governadores, senadores, deputados federais, prefeitos e vereadores, em um regime de “voto vinculado”, onde o eleitor era obrigado a votar em todos os candidatos do mesmo partido, caso o contrário sua escolha era anulada. Esta regra foi mais um casuísmo eleitoral imposto pelo governo militar com o intuito de fortalecer o partido governista, PDS, e enfraquecer a já fragmentada oposição, pois três dos cinco novos partidos (PT, PDT e PTB) não eram nacionalizados e sequer possuíam diretórios em todas as cidades de algum estado, o que influenciava na escolha do governador e dos legisladores nacionais (NICOLAU, 2012, p. 111).

Em um universo de vinte e três estados, o partido governista elegeu treze governadores, enquanto que a oposição dez (PMDB, nove; PDT, um). Isto influenciou a composição da câmara e do senado, que formariam o colégio eleitoral em 1985, ficando a maioria com o PDS. No Rio Grande do Sul, o governador eleito foi Jair Soares, do PDS, e na composição da bancada federal, ganhou a oposição: PMDB e PDT conquistaram dezenove assentos, enquanto que o PDS apenas treze.

²¹ A tipificação duvergiana se dá entre os “partidos de quadros”, criados dentro do parlamento, e os “partidos de massa”, de criação externa ao parlamento. (DUVERGER, 1980, p. 20-6)

²² A “construção do novo” e de uma proposta inédita de partido na política brasileira, por meio do discurso fundacional do PT, é analisada por Gomes (1998).

As eleições seguintes foram marcadas por um alto grau de volatilidade eleitoral, o que fez Lamounier e Meneguello reconhecerem que o Brasil era “um caso notório de subdesenvolvimento partidário” (1986, p. 09). Este baixo grau de institucionalização do sistema se dava, para Scott Mainwaring, por três fatores: (1) não havia estabilidade nos padrões de competição eleitoral entre os partidos; (2) não existiam raízes profundas dos partidos na sociedade brasileira, portanto, baixo grau de identificação partidária; e, por fim, (3) sobriam evidências que comprovam que os partidos não possuem muita credibilidade perante os cidadãos (MAINWARING, 2001, p. 127-128).

Entretanto, ao atualizar a literatura em questão, Paulo Peres (2005) refuta a ideia de que o sistema partidário brasileiro é pouco institucionalizado. A competição eleitoral deste cresce e sua volatilidade (semelhante ao padrão latino-americano) diminui. Nas palavras do autor,

O sistema partidário brasileiro é fragmentado e apresenta uma instabilidade eleitoral relativamente elevada. Contudo, como também pudemos ver, tal instabilidade não é tão elevada a ponto de significar deficiência na funcionalidade do sistema representativo; tampouco ela mostra uma evolução de crescimento. Na verdade, a instabilidade eleitoral do país apresenta uma dinâmica de declínio e não é tão elevada como se supõe. Mas, o que é mais importante é que a volatilidade eleitoral existente não indica crise de representação ou déficit de institucionalização do sistema partidário; indica sim o processo de transformação de um sistema pouco competitivo que passou a ser concorrencial e multipartidário. (PERES, 2005, p. 225).

Na mesma linha, Gabriela Tarouco salienta que o sistema, ainda que não seja um atalho para ajudar os eleitores na hora da decisão de em quem votar, abriga partidos bem institucionalizados na sociedade brasileira (TAROUCO, 2010, p. 180). Mesmo que anteriormente os partidos não se enraizaram na sociedade desde seu início, no atual período de democracia estes se consolidam como instituições representativas no Brasil. Para Tarouco,

A análise da institucionalização dos partidos políticos brasileiros pelo seu desempenho eleitoral ao longo das duas últimas décadas aponta para a pertinência de se questionar o rótulo de fluido ou incipiente para o sistema partidário brasileiro: antes, trata-se de um sistema razoavelmente estabilizado de partidos que lograram se estabelecer, permanecem na competição e são persistentemente reconhecidos como tais no ambiente político. (TAROUCO, 2010, p. 181).

O período de maior instabilidade no sistema terminou com as eleições de 1994. Para o Marcus Melo, “a chave para entender a evolução do sistema partidário nos anos 1990 está na sequência de eleições presidenciais” (MELO, 2007, p. 280). Desde 1994, a competição se dá de forma polarizada entre PT e PSDB. Para o PT, as disputas presidenciais se transformaram “no maior trunfo do partido” (MELO, 2007, p. 281) enquanto que o PSDB conseguiu firmar

seu espaço em uma posição do espectro ideológico de centro-direita. O PMDB oscila entre estes dois polos, sem compromissos duradouros com nenhum dos lados.

Ao fim de 21 anos de democracia, o texto de Meneguello (2007) analisa o fenômeno eleitoral desde 1982 e conclui que, a partir das eleições daquele ano, existe um predomínio dos partidos de direita e constante crescimento dos partidos de esquerda nas prefeituras municipais em todo o país.

Para Meneguello, a preferência pela direita se estabeleceu ao longo do regime militar, fragmentando-se com a Reforma Partidária e caindo em declínio com a redemocratização (MENEGUELLO, 2007, p. 373). Os achados da autora correlacionam-se aos de David Fleischer, que observou, para as eleições de 2000, o crescimento dos partidos de esquerda mas ainda fortemente regionalizados. O PT de 2000, mesmo aumentando seu desempenho eleitoral em 51% se comparado ao pleito anterior, de 1996, continuava concentrado nas regiões sul e sudeste do país. O ex-PCB, agora PPS, obteve desempenho satisfatório, no entanto concentrado ao nordeste do país. No âmbito do “trabalhismo democrático” do PDT, o desempenho se concentrou mais ao sul do Brasil. (FLEISCHER, 2002, p. 82).

Entre 1988 e 1996, as eleições municipais “promoveram a emergência de gestões marcadamente partidárias” (MENEGUELLO, 1998, p. 19), pois os partidos controlaram a lógica eleitoral com seus programas bem definidos, tendo como exemplo os conselhos populares da gestão petista em São Paulo e o orçamento participativo do PT porto-alegrense.

O crescimento ao nível local da esquerda observado pelos autores possui também outra variável: o tamanho dos municípios. Lúcia Avelar e Maria Walter (2008) analisaram as eleições municipais de 1996 a 2004, onde houve um processo de “lentas mudanças” da dinâmica eleitoral no qual os partidos de esquerda ascenderam eleitoralmente. Entretanto, os motivos deste fenômeno são diferentes nas capitais e nos pequenos municípios, como explicitam as autoras.

Nos grandes centros urbanos, Avelar e Walter (2008, p. 118) destacam que a decadência da influência dos “partidos tradicionais” como o PFL se deu em virtude da constante alfabetização e elevação dos níveis educacionais dos eleitores. Nos municípios menores e interioranos, os partidos tradicionais ainda conservam maior apoio e, quando perdem, as autoras explicam o fato em virtude do associativismo, lideranças e participação em

movimentos sociais por parte de uma fatia do eleitorado, que empodera-se nas urnas, mas ainda de forma muito pequena se comparada ao poder dos partidos conservadores.

Maria Teresa Kerbauy (2010) observou que, nas eleições municipais de 2008, a dúvida quanto à existência de partidos nacionais ou partidos locais no Brasil já não existe mais e, se por muito tempo caminhamos para uma nacionalização do sistema partidário, atualmente não há mais federação de partidos, mas sim agremiações estruturadas nacionalmente, onde a dinâmica municipal influi nas eleições de governadores, deputados e Presidente da República (KERBAUY, 2010, p. 16).

Em termos numéricos, o PMDB é o partido que historicamente detém o maior número de prefeituras brasileiras, seguido do PSDB e do PT. Quem sofreu maior derrota eleitoral entre 1996 e 2012 foi o DEM (ex-PFL), como podemos observar no Quadro 01:

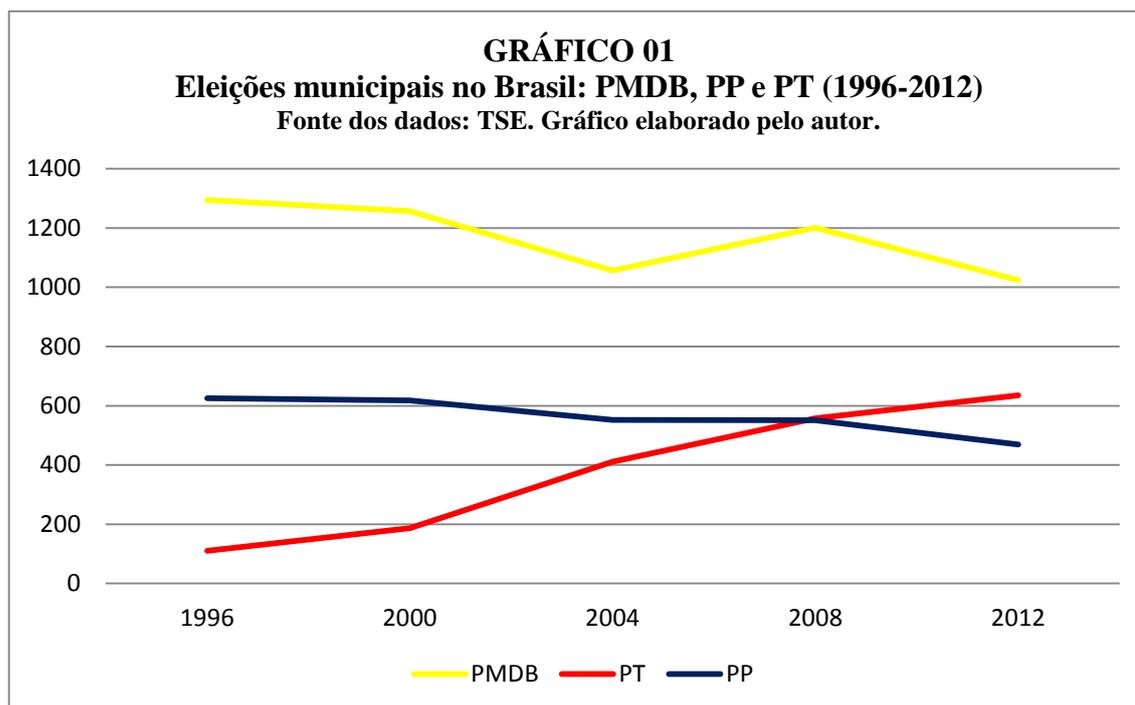
QUADRO 01
Eleições municipais no Brasil (1996-2012)

	1996	2000	2004	2008	2012
PMDB	1295	1257	1057	1201	1024
PSDB	921	990	872	791	702
PT	110	187	411	558	635
PP	625	618	552	551	469
PSB	150	133	176	310	442
PDT	436	288	305	352	311
PTB	382	398	425	413	295
DEM (Ex-PFL)	934	1028	790	496	278
Outros*	525	660	974	884	1410
Total	5378	5559	5562	5556	5566

* PR, PPS, PV, PCdoB, PSC, PSOL, PCB, PCO, PMN, PHS, PSDC, PTdoB, PRB, PSL, PTC, PRP, PTN, PSTU, e, a partir de 2012, PSD.

Fonte: TSE.

É visível a maior fragmentação do subsistema partidário brasileiro – nível municipal – nos últimos anos. O número de partidos que controlam administrações locais sobe consideravelmente em 2012. Os três partidos aqui estudados, PP, PMDB e PT, têm os seus desempenhos em território nacional demonstrado pelo Gráfico 01, em números absolutos e, dentre eles, o PT é o único que a cada eleição conquista um número maior de vitórias:



Procuramos demonstrar, até agora, as mudanças e continuidades do sistema partidário brasileiro desde a nossa primeira experiência democrática, de 1945 até 1964, passando pelo período bipartidário (1965-1979) e a Reforma Partidária, promovida em 1979 e consolidada no início dos anos 1980. Apresentamos, ainda, as principais teses surgidas sobre o sistema partidário brasileiro ao longo das eleições, por exemplo, a volatilidade eleitoral (semelhante ao padrão latino-americano), o protagonismo dos partidos em formação de governo e, ao fim desta seção, a bibliografia que analisa as eleições municipais e alguns dados iniciais, referentes ao Brasil.

A segunda seção deste capítulo dedica-se a bibliografia do sistema partidário ao nível estadual, a partir da institucionalização do bipartidarismo²³, em 1965, e a apresentação dos dados gerais acerca de eleições municipais no Rio Grande do Sul.

²³ Ver análise aprofundada do tema em período anterior em: Para o período do Império, 1823 a 1889 (TRINDADE; NOLL, 1991, p. 27-39; 2004, p. 35-48); Para os anos finais do Império, República Velha e período da Revolução de 1930 até o golpe do Estado Novo, consultar Trindade (1979); Ainda sobre o fim da República Velha até o Estado Novo, ver Noll (1980); Para o período da democracia populista, inaugurado com o fim do Estado Novo, em 1945, até o fim do multipartidarismo, em 1965, ver Cânepa (2005).

2.1 Rio Grande do Sul: partidos e eleições desde 1965

Nos estados, onde havia a competição controlada para cargos municipal e legislativo durante o período de vigência do regime militar, os cenários em alguma medida se alteraram, não seguindo um padrão pré-definido como desejavam os militares (através dos vários dispositivos casuísticos que criaram e aos quais nos referimos anteriormente).

O bipartidarismo de 1965 acomodou-se no Rio Grande do Sul de maneira bem menos artificial se comparado a outras unidades da federação, como argumentam Hélió Trindade e Izabel Noll, tendo em vista esse possuir uma tradição de competição política polarizada desde o século XIX, quando as competições davam-se pela organização de clãs e a disputa pelo poder no estado se deu entre dois grupos principais (TRINDADE; NOLL; 1991, p. 27). Esta polarização construída pelo regime militar encontrou respaldo no cenário anterior, construído na primeira experiência democrática brasileira, a saber: PTB *versus* anti-PTB.

Durante o período democrático, de 1946 a 1964, as forças eleitorais gaúchas organizaram-se entre trabalhistas (organizados no PTB) *versus* anti-trabalhistas (organizados em outros partidos). O PTB controlava grande parte dos municípios e outros partidos, menores, estavam distribuídos pelo resto do estado. Com isto, prosseguia no estado o antigo e secular padrão polarizado. Nas palavras de Trindade e Noll:

A confrontação PTB/anti-PTB no pós-45, fugindo ao padrão brasileiro dominante, em grande medida, é a reprodução no interior do sistema multipartidário da polarização preexistente, cuja origem histórica configurou-se no estatutário da Revolução dos Farrapos, definindo o processo de estruturação das opções políticas regionais. Esse padrão torna mais consistente no Império a competição entre conservadores e liberais e explica, também, na República Velha, o estilo radicalizado do confronto entre conservadores-liberais (federalistas e libertadores) e conservadores-autoritários (republicanos positivistas). (TRINDADE; NOLL, 1991, p. 68)

Trindade e Noll argumentam ainda que “a polarização constatada ao nível dos dados globais do estado na votação para Assembleia Legislativa foi também constatada, através da análise das coligações locais, nas eleições municipais majoritárias municipais de 1951 a 1963” (TRINDADE; NOLL, 1991, p. 72). Deste modo, a polarização, delimitada entre duas formas de se organizar, respaldava preferências estáveis dos eleitores.

Portanto, durante a fase bipartidária²⁴, houve no Rio Grande do Sul uma redefinição das forças eleitorais sem a alteração da lógica político-partidária que norteava o estado. Ainda que acomodasse o bipartidarismo com menos artificialidade do que em outras regiões, tanto o MDB quanto a ARENA não conseguiu dominar eleitoralmente uma parcela significativa de municípios. De acordo com Trindade (1978, p. 173), nos anos 70 o MDB dominava apenas 17,1% dos municípios rio-grandenses; a ARENA, 40,8%. Os municípios sem dominação, antes do bipartidarismo 28,3%, passaram a ser 53,5%. Diminuiu, com isto, a famosa estabilidade eleitoral gaúcha. Para Trindade, o MDB também era muito mais fraco nos municípios que a ARENA, tendo em vista que “quando a ARENA não domina, neutraliza significativamente a força do MDB” (TRINDADE, 1978, p. 173).

Com a Reforma Partidária de 1979 e o surgimento de novos partidos, as disputas municipais no cenário gaúcho recuperam, em 1982 e depois em 1986, a “tradição petebista” do estado. Para Trindade e Noll,

A recuperação no Rio Grande do Sul da tradição petebista *lato sensu* se manifesta com o desempenho do PMDB e do PDT nas eleições de 1982 e 1986, onde ocorre nitidamente o seguinte processo: PMDB/PDT voltam a controlar 52,0% dos municípios do estado, enquanto a força do PDS se reduz a menos de 10%. Ademais, a força do PMDB/PDT, que sempre foi significativa nos municípios de maior eleitorado, torna-se também dominante nos de menos de 20 mil eleitores. (TRINDADE; NOLL, 2004, p. 107).

Desenha-se no estado um novo cenário, em que “o espaço do PMDB seja [foi] agressivamente ocupado pelo PDT” (TRINDADE; NOLL, 2004, p. 95), alterando-se as forças partidárias, mas persistindo no fim do regime militar e limiar da Nova República, o padrão histórico da polarização política. De um lado o PDS, que conquista em 1982 o governo do estado e em torno de 48% dos executivos municipais. Por outro lado, o PMDB e PDT passam a controlar 52% das prefeituras. Nas eleições de 1986, o PMDB elegeu o governador. Nas eleições seguintes, em 1990, ganhou o PDT.

É notável, portanto, o espaço que o trabalhismo recupera por meio do PDT. Este espaço esteve, entre 1966 e 1982, com o PMDB. Para Trindade e Noll, “o novo padrão eleitoral reproduz essencialmente o antigo. [...] de um lado, o MDB, PMDB e PDT ocupando os bastiões eleitorais dos partidos populistas em ascensão; e, do outro lado, a ARENA, PDS e PFL, dos partidos conservadores-liberais em declínio” (TRINDADE; NOLL, 2004, p. 74).

²⁴ Faz-se necessário, nesse momento, distinguir os cenários “polarizados” dos cenários “bipartidários”. Polarização ocorre em um sistema multipartidário mas em que as forças se aglutinam em dois blocos opostos. O cenário bipartidário se dá quando apenas dois partidos políticos são atuantes em consultas eleitorais.

No cenário pluripartidário, o PMDB recupera sua força eleitoral a partir de 1982, consolidando sua relevância em 1986, ao eleger o governador do estado. Para o PTB, em virtude de sua origem polêmica e perda dos líderes anteriores, sobra pouco espaço do RS, tendo em vista a arraigada tradição trabalhista do estado passar a ser vinculada ao PDT. Suas vitórias municipais foram conquistadas, também, em cidades antes controladas pelo PMDB. Durante os anos 80, restava ao outro partido da oposição, PT, “enquadrar-se” (TRINDADE; NOLL, 2004, p. 95) na polarização histórica do estado.

Nas eleições estaduais de 1994, o PMDB recuperou o governo do estado e elegeu a maior bancada para a Câmara dos Deputados. A segunda maior ficou com o PT, que se enquadrava na lógica do Rio Grande do Sul polarizado, ganhando espaço ao longo dos pleitos e vivendo, ele próprio – durante os anos 1990 – o protagonismo da polarização: não eram mais “trabalhistas *versus* anti-trabalhistas”, mas sim “petistas *versus* anti-petistas”. Esta nova configuração, surgida na metade da década de noventa, chega-nos até o início dos anos 2000:

O quadro eleitoral de 1994 a 2002 sinaliza no sentido de uma reconfiguração das forças políticas com o enfrentamento entre os mesmos partidos nas eleições para governador. O sistema de segundo turno vai colocar frente a frente PMDB e PT, em três eleições, confirmando a alternância já identificada nos períodos anteriores e um bipartidarismo de fato com a formação de um bloco anti-PT. (TRINDADE; NOLL, 2004, p. 111).

O Rio Grande do Sul se constituiu ao longo da história como uma exceção ao resto do Brasil, pois no estado os partidos eram institucionalizados e as preferências eleitorais estáveis, enquanto que o padrão nacional indicava, principalmente pós-1979, um baixíssimo grau de institucionalização e alto grau de volatilidade eleitoral.

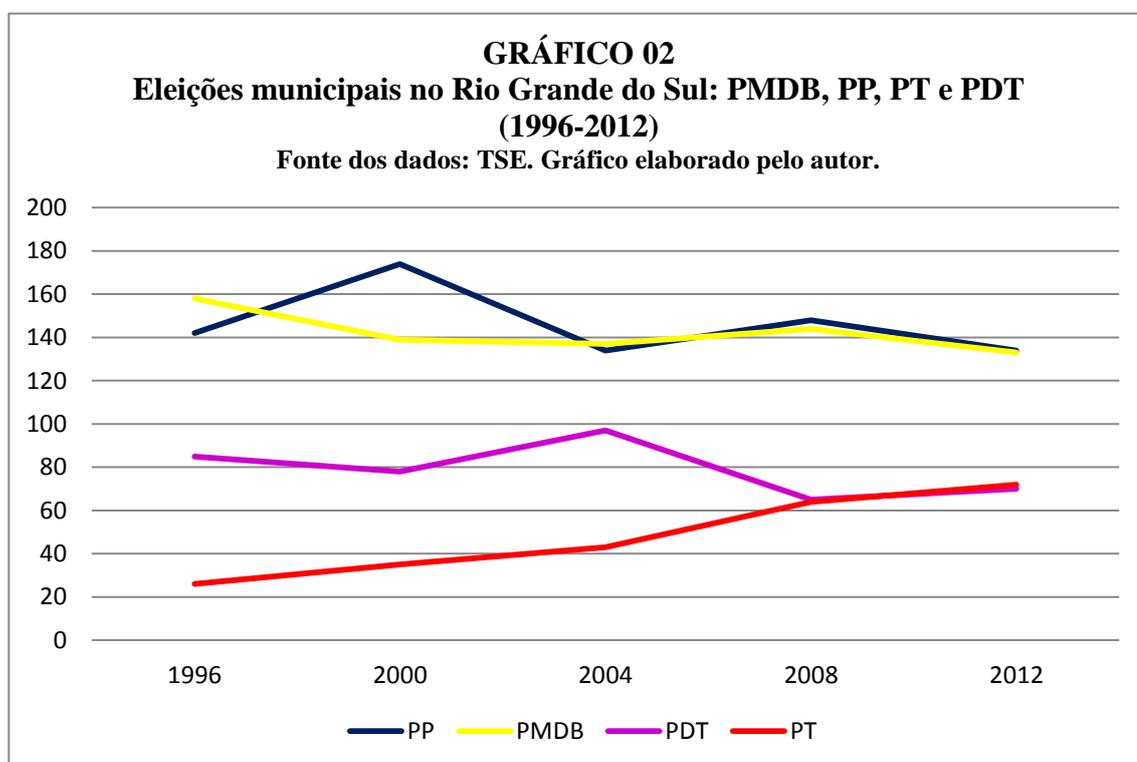
No plano das eleições municipais, entre 1996 e 2012, a disputa no RS organizou-se conforme demonstrada no Quadro 02 e o desempenho dos quatro maiores partidos do estado, ao nível das eleições municipais, representado no Gráfico 02:

QUADRO 02**Eleições municipais no Rio Grande do Sul (1996-2012)**

	1996	2000	2004	2008	2012
PP	142	174	134	148	134
PMDB	158	139	137	144	133
PDT	85	78	97	65	70
PT	26	35	43	64	72
Outros*	60	71	85	81	88
Total	417	497	496	502	497

* PTB, PSDB, DEM (ex-PFL), PSB, PPS, PHS, PR, PSD (a partir de 2012), PPL, PV, PSC, PTdoB e PL.

Fonte dos dados: TSE. Quadro elaborado pelo autor.



Percebe-se, em uma rápida observação aos dados do Rio Grande do Sul, o destaque exercido pelos Partido Progressista e Partido do Movimento Democrático Brasileiro – ambos provenientes do sistema partidário anterior, o bipartidarismo do período militar – e o crescimento eleitoral do Partido dos Trabalhadores ao longo da série estudada.

2.2 Considerações parciais

Nossos dados iniciais nos mostraram a predominância do PP e do PMDB no estado, o primeiro um partido de direita e o segundo um partido de centro, ambos antigos na competição política. Apontam também para o constante crescimento eleitoral do PT, partido nascido à esquerda do sistema político brasileiro.

Nos próximos capítulos, analisaremos a dinâmica eleitoral municipal que envolve o PP e o PMDB, os partidos que mais detêm prefeituras gaúchas, e buscaremos mapear uma problemática de pesquisa que envolve eleições municipais no Rio Grande do Sul e o crescimento eleitoral do PT em municípios do interior.

Para tal, alguns pontos abordados ao longo da discussão com a literatura merecem maior destaque. O primeiro diz respeito à transição brasileira: considerada extremamente longa quando comparada aos demais países latino-americanos, a nossa transição reuniu elementos conservadores e autoritários junto a elementos democratizantes, tornando-a uma transição híbrida. Como argumentou Weffort (1984; 1992), a democracia brasileira não nasceria revolucionária, mas sim extremamente conservadora e com elementos identificados com o período autoritário com uma sobrevida duradoura na política.

Outro ponto que merece destaque foi abordado por Meneguello (2007). A autora assinalou a forte presença de partidos da direita em administrações locais desde as primeiras eleições da redemocratização, no início dos anos 1980. Mas destacou, também, que esta influência diminuía ao longo do tempo, com os partidos de esquerda galgando mais espaço nas prefeituras pelo Brasil.

3 A HERANÇA DO BIPARTIDARISMO NO ESTADO: PP E PMDB

Neste capítulo, analisaremos o desempenho eleitoral dos dois maiores partidos do Rio Grande do Sul em prefeituras: Partido Progressista (PP) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Os dois partidos são a herança do período bipartidário, tendo em vista serem fruto da ARENA e do MDB. Apresentaremos um breve histórico da formação de cada um, seguido a uma análise comparatista das eleições municipais no Rio Grande do Sul, entre 1996 e 2012, tendo como base gráficos, tabelas e mapas eleitorais cujos dados provém do Tribunal Superior Eleitoral. Por fim, apresentamos as considerações parciais – achados do presente estudo até o momento – relacionando a análise dos dados com a literatura discutida no capítulo anterior.

3.1 Partido Progressista (PP)

O atual Partido Progressista é resultado de um processo que nos remonta ao golpe militar e formação do sistema bipartidário brasileiro, analisados no capítulos anteriores deste trabalho. O PP tem sua origem na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), agremiação criada para sustentar o regime militar em parlamento.

A criação da ARENA se deu por intermédio do Ato Institucional nº 2, que extinguiu o sistema partidário e estabeleceu as regras para a criação dos novos partidos. O AI-2 exigia, para a criação das novas organizações, um razoável número de deputados e senadores. Este era apenas um dos primeiros casuísmos eleitorais que a ditadura viria a criar, ao longo de sua existência, para alterar o jogo político a seu favor. Pelo número exigido de parlamentares, poder-se-ia existir, ao máximo, dois partidos: oposição e situação²⁵.

Como explicitado em capítulos anteriores, os partidos conservadores do período que antecedeu ao golpe civil-militar, sobretudo a UDN, aceitaram sem resistência a extinção das velhas agremiações, sendo essa a maneira que encontraram para tentar melhorar o desempenho eleitoral no âmbito da direita. Constituíram a ARENA principalmente os parlamentares udenistas, como foi demonstrado por Kinzo (1988, p. 32), aproximadamente

²⁵ Exigia-se para a criação de uma nova sigla, o mínimo de 120 deputados federais e 30 senadores. (BRASIL, 1965).

76% dos deputados federais que compuseram o novo partido provinham de partidos de direita, sendo em torno da metade deles da antiga UDN.

O bom desempenho da ARENA nas urnas, somado aos casuísmos eleitorais editados pelo regime e as cassações de parlamentares da oposição, permitiu o predomínio de fato do partido no sistema bipartidário até 1974. No pleito realizado nesse ano, o voto no MDB consolidou-se como um voto de *oposição* à ditadura, sendo este o grande vencedor das eleições parlamentares.

Com a liberalização do regime e início da transição, iniciou-se a Reforma Partidária de 1979, modificando a “ARENA” para Partido Democrático Social (PDS). No PDS, cerca de 90% dos deputados federais pertencia anteriormente a ARENA (KINZO, 1988, p. 209). A mudança de nome ocorreu, sobretudo, na tentativa de desvincular-se aos anos ditatoriais, mas congregava, segundo Almeida, a base de apoio do regime:

O PDS congregou as forças favoráveis ao sistema político implantado pelos militares em 1964. É nesse partido que vão se instalar as principais lideranças da ARENA: Aureliano Chaves, vice-presidente de Figueiredo; Mário Andreazza, ex-ministro do governo Médici; Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo, entre tantos outros. Obteve seu registro definitivo em 28 de maio de 1981. No ano de 1982 o partido investiu em propaganda na expectativa de obter parte dos votos disponíveis no país para conseguir a maioria dos votos no colégio eleitoral que elegeria o Presidente (ALMEIDA, 2004, p. 43).

Almeida defende, também, que a mudança de nome demonstra a falta de prestígio do partido perante o eleitor. Durante o período da transição, o PDS lançou candidato à presidência da República (Paulo Maluf, em 1989), mas perdeu considerável força nos estados, onde os governadores eram em sua maioria do PMDB.

A partir da chegada de Paulo Maluf – principal liderança do partido – à prefeitura de São Paulo, em 1992, ocorre um processo de mudança estrutural na sigla, que culmina com a fusão ao Partido Democrata Cristão (PDC) e modificação da sigla para Partido Progressista Reformador (PPR). O PPR disputou apenas as eleições de 1994, quando novamente mudou de nome. Nestas eleições,

o candidato a Presidência da República pelo partido, Esperidião Amin, obtêm somente 3% dos votos, conseguindo um tímido sexto lugar na disputa. O PPR consegue, no entanto, eleger 52 deputados federais, formando a quarta maior bancada na Câmara. Nas eleições estaduais o partido elege três dos 27 governadores (Oleir Cameli, do Acre, Amazonino Mendes, do Amazonas e Siqueira Campos, do Tocantins), enquanto o PMDB elege nove e o PSDB seis. O partido elege ainda 112 deputados estaduais, mais de 10% do total de deputados do país, seu melhor

desempenho desde 1982 nas Assembleias Estaduais. [...] Apesar do sexto lugar obtido por Amin na eleição presidencial e da derrota do candidato apoiado por Paulo Maluf em São Paulo, o PDS sob sua nova denominação (PPR) obteve em 1994 seu melhor desempenho desde 1982 (ALMEIDA, 2004, p. 58).

Em que pese o bom desempenho eleitoral que havia conquistado, comparado às atuações em pleitos anteriores, o partido novamente se reformula, fusionando-se ao PP (também um partido que disputou apenas o pleito de 94, resultado da fusão do PTR ao PST) e alterando seu nome para Partido Progressista Brasileiro, o PPB, em 1995 (ALMEIDA, 2004, p 57).

A última mudança de nome ocorreu em 2004, quando a agremiação subtrai de seu nome o vocábulo “brasileiro” e passa a ser conhecida apenas como Partido Progressista (PP). De acordo com Almeida, a mudança do nome não se mostrou de início eficiente, pois os resultados municipais de 2004, quando o partido elege 551 prefeitos pelo território nacional, foram inferiores aos resultados alcançados em 2000 (ALMEIDA, 2004, p. 59).

O desempenho do Partido Progressista na conquista de prefeituras em todo o Brasil, ao longo das eleições, tem se mostrado muito aquém do que o mesmo consegue realizar no Rio Grande do Sul, onde é a agremiação que mais possui executivos municipais. Segundo Almeida, “o Rio Grande do Sul é o estado onde o PP tem a maior penetração no país: é onde o partido tem o maior número de deputados federais, deputados estaduais, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores” (2004, p. 63).

O Quadro 03 demonstra o número e a percentagem de prefeituras conquistadas pelo PP no Brasil e no Rio Grande do Sul entre 1996 e 2012:

QUADRO 03
Partido Progressista em prefeituras (1996-2012)

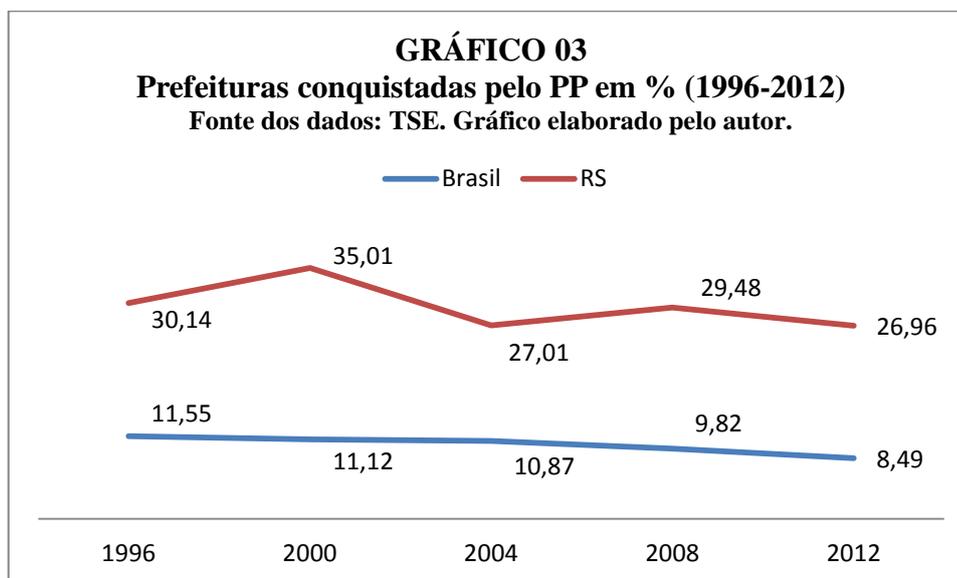
		1996	2000	2004	2008	2012
Brasil sem	N	483	444	417	401	338
	RS	% 9,78	8,77	8,23	7,88	6,68
RS	N	142	174	134	148	134
	%	30,14	35,01	27,01	29,48	26,96
Total	N	625	618	551	549	472
	%	11,55	11,12	10,87	9,82	8,49

Fonte dos dados: TSE. Quadro elaborado pelo autor.

O estado do Rio Grande do Sul, em relação ao restante do Brasil, é o que possui, portanto, o maior número de prefeituras ligadas ao Partido Progressista, elevando seu

percentual total de forma significativa. A parcela no estado é ainda a maior dentro deste em relação aos outros partidos. Ou seja, o PP/RS é o partido com maior número de prefeituras quando comparado a outros partidos dentro do estado.

A evolução eleitoral em executivos municipais é demonstrada no Gráfico 03:



Com um desempenho eleitoral bem superior se comparado ao resto do Brasil, o PP tem um alto grau de estabilidade nos seus resultados eleitorais dentro do estado quando tratamos de eleições municipais majoritárias. Entretanto, essa condição de “vitorioso” vem sofrendo derrotas eleitorais, ainda que pequenas. Pode-se perceber tal fato comparando as eleições do final dos anos 90 e início dos anos 2000 com as eleições de 2012: o partido perdeu quase 8% dos seus executivos locais.

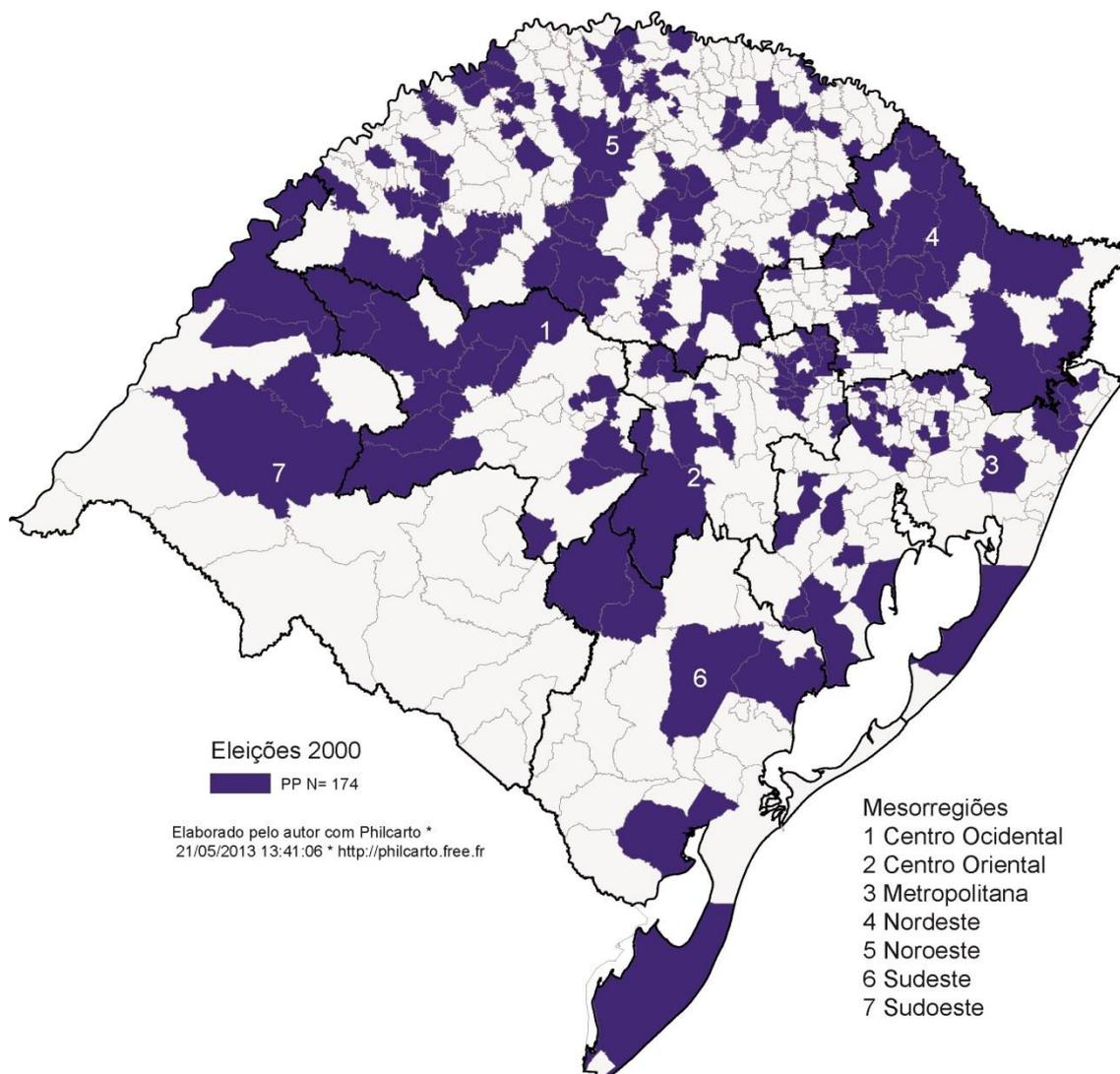
Ao longo das cinco eleições aqui estudadas, a presença do Partido Progressista no RS não se deu de forma concentrada regionalmente, mas sim dispersa pelo estado. O Quadro 04 demonstra a frequência, em porcentagem, do partido nas sete mesorregiões do Rio Grande do Sul, a partir das eleições do segundo milênio. As Imagens 01, 02, 03 e 04, demonstram, em azul, as prefeituras ocupadas pelo partido nas eleições de 2000, 2004, 2008 e 2012, respectivamente.

QUADRO 04
Partido Progressista: presença (em %) nas
mesorregiões do Rio Grande do Sul (2000-2012)

	2000	2004	2008	2012
Centro Ocidental	54,83	38,7	45,16	29,03
Centro Oriental	42,59	27,77	37,03	31,48
Metropolitana	24,48	19,38	22,44	16,32
Nordeste	44,44	27,77	18,51	29,62
Noroeste	35,18	29,62	31,94	29,62
Sudeste	24	16	28	24
Sudoeste	26,31	15,78	31,57	31,57

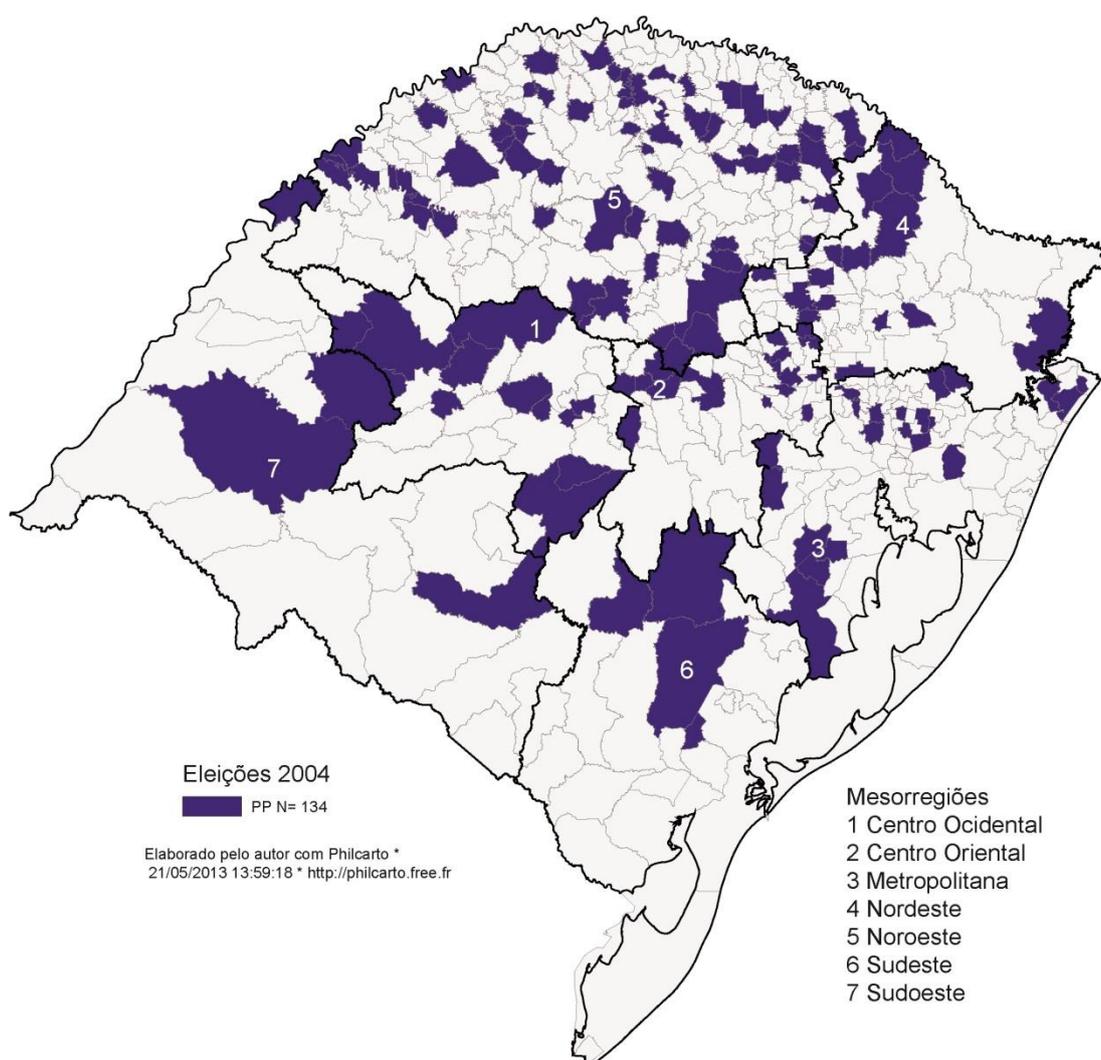
Fonte dos dados: TSE. Quadro elaborado pelo autor.

IMAGEM 01
Partido Progressista – Eleições 2000



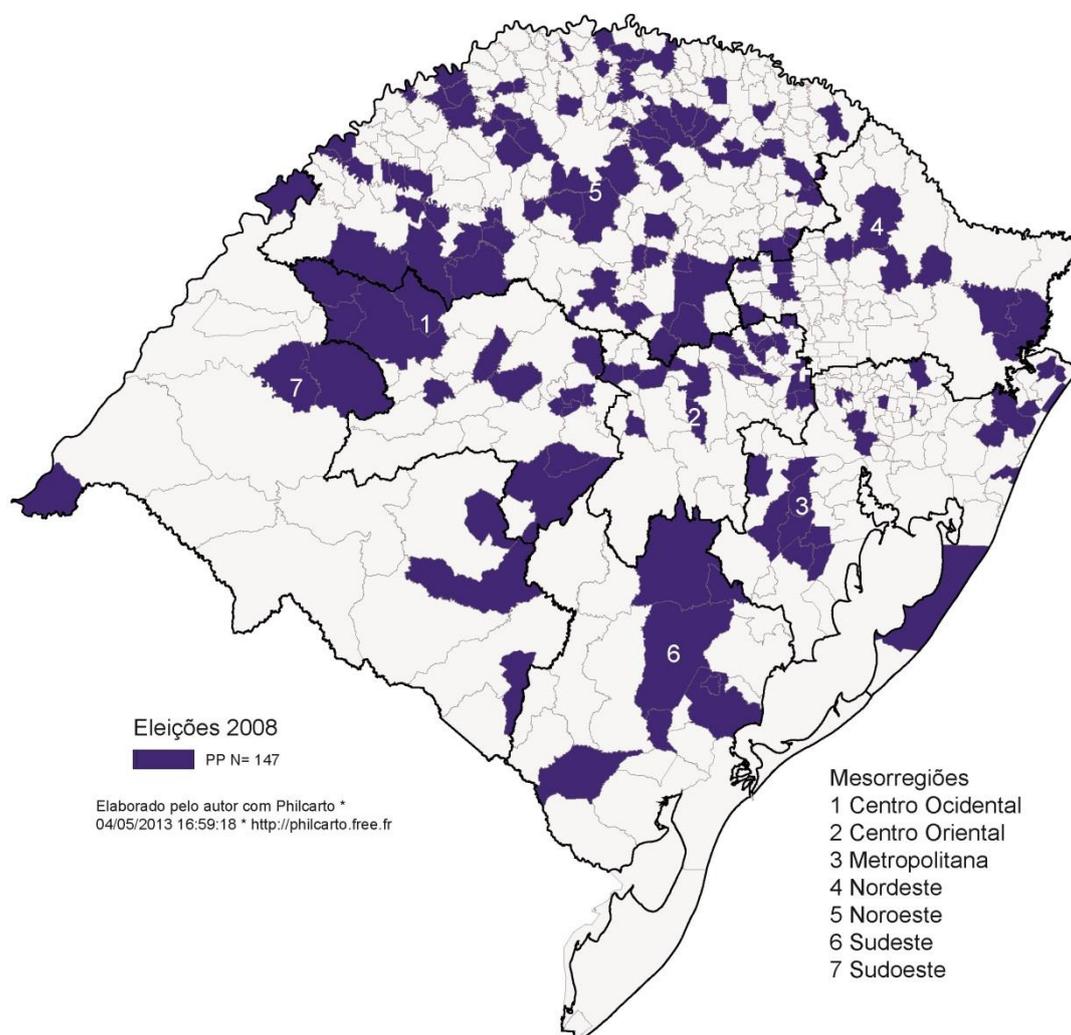
No pleito de 2000, há uma densidade de prefeituras ligadas a o PP entre as regiões Centro Oriental, Noroeste e Sudoeste. Entretanto, o Sudoeste é onde o partido menos consegue eleger prefeitos. As regiões Centro Ocidental e Nordeste foram, em 2000, as quais o PP conseguiu mais resultados positivos: na primeira, mais da metade dos municípios estavam com administrações progressistas; na segunda, em torno de 45% das cidades.

IMAGEM 02
Partido Progressista – Eleições 2004



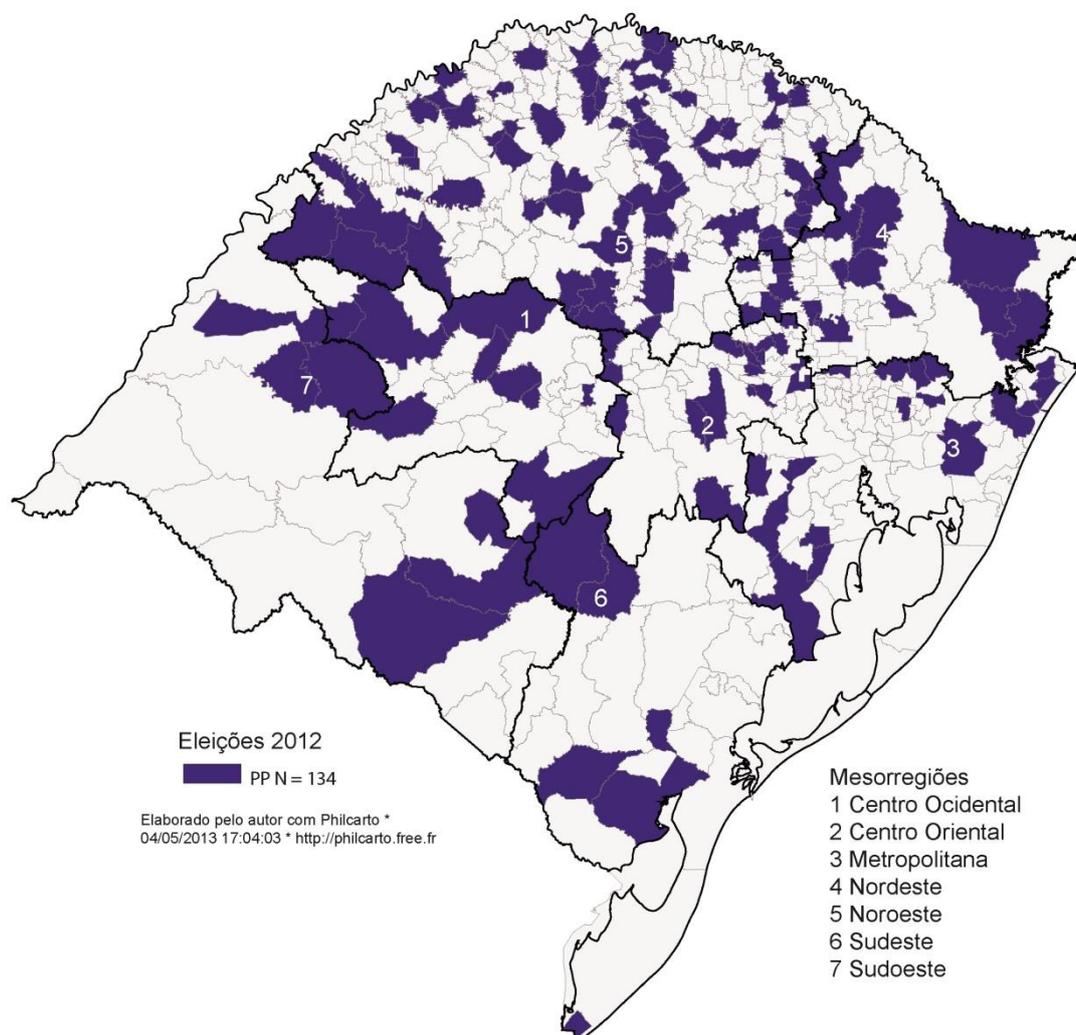
Em 2004, os resultados positivos ao PP diminuem consideravelmente quando comparados ao pleito anterior. O partido perde em torno de 8% das prefeituras que administrava. A densidade do mesmo nas regiões Centro Ocidental e sobretudo no Nordeste gaúcho já não é mais tão expressiva quanto em 2000. A região em que o PP menos perdeu neste pleito foi ao Noroeste do estado, onde os municípios são menores.

IMAGEM 03
Partido Progressista – Eleições 2008



No pleito de 2008, o partido recupera-se em todas as regiões, exceto o Nordeste, onde este perde ainda mais prefeituras. Na região Centro Oriental, o PP atinge os melhores resultados no ano, em que recupera 10% dos municípios. O Sudoeste gaúcho fica relegado à pouca densidade de administrações progressistas, com em torno de 31% da região.

IMAGEM 04
Partido Progressista – Eleições 2012



De acordo com os dados, a presença do PP na região Centro Ocidental (número um dos mapas apresentados), localizada no interior do estado, diminuiu de forma considerável em doze anos: quase 26% dos municípios que possuía. Entre este período, a presença do partido em executivos municipais oscilou, mas sem nunca atingir a marca de 2000, ao qual possuía mais da metade das prefeituras centro-ocidentais do RS.

O PP na região Centro Oriental (número dois) experimentou um período de oscilação para, então, estabilizar-se nas duas últimas eleições. Como observamos no Gráfico 03, no período estudado, a eleição de 2000 foi a que melhor trouxe resultados ao partido, enquanto que a sua posterior, em 2004, foi a qual onde o mesmo apresentou pior desempenho até então. Com pouco mais de 42% da região na primeira eleição do milênio, sua presença caiu para

apenas quase 28% na região, para enfim estabilizar na dezena dos 30% de executivos centro-orientais gaúchos.

A região Metropolitana de Porto Alegre (número três) é o local onde o Partido Progressista apresenta o pior desempenho no estado. Em doze anos, seus resultados caíram em torno de oito pontos percentuais. Atualmente, a presença do PP conta com dezesseis dos 98 municípios na região, o que resulta em torno de 16% de administrações municipais.

O Nordeste do estado (número quatro) é a região em que o partido mais se recuperou na última eleição, ocorrida em 2012. Enquanto que em 2008 o partido havia conquistado menos de 20% das prefeituras do nordeste gaúcho, em 2012 há uma recuperação e quase 30% da região volta a ser governada pelo PP. O número não chega a atingir, entretanto, a marca das eleições 2000, onde o partido conquistou quase 45% da mesorregião.

A região Noroeste (número cinco) é a mais estável para os resultados eleitorais do PP. Entre 2000 e 2012, o partido oscilou entre os 35% a 29% das prefeituras locais. O desempenho de 2004 equipara-se ao de 2012: nestes dois pleitos o Partido Progressista conquista quase 30% dos municípios noroestinos.

Na região Sudeste (número seis dos mapas apresentados), o partido sofre um crescimento (em 2008) e uma retração (em 2004) ao longo do período estudado. Seus resultados de 2012, entretanto, igualam-se ao cenário de 2000. Por fim, na região Sudoeste (número sete), o PP cresceu eleitoralmente nos últimos anos. Enquanto que em 2004 o partido detinha 15% das prefeituras, esse número dobrou em 2008 e manteve-se em 2012, portanto, com pouco mais de 30% dos executivos locais.

Comparando os mapas eleitorais, podemos perceber, ainda, que nas últimas eleições a presença do PP nas fronteiras caiu de forma considerável, chegando quase à nulidade nas eleições de 2012. Nos últimos anos o partido se capilarizou mais no estado, comparado ao pleito de 2000, onde este estava mais concentrado. Atualmente, as prefeituras controladas pelo Partido Progressista estão dispersas por todo o Rio Grande do Sul, não se concentrando em alguma região específica.

3.2 Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

O PMDB também nos remete, como o PP, ao bipartidarismo vigente durante o regime militar. Sua origem provém do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), criado como partido antagônico a ARENA e ao regime. O MDB nasceu da vontade dos ditadores de formar uma “oposição simbólica” (KINZO, 1988, p. 15) após a crise político-partidária que se instaurou depois das eleições de 1965, quando candidatos da aliança PSD-PTB, portanto de oposição ao autoritarismo, foram os grandes vitoriosos, inclusive em Minas Gerais e Rio de Janeiro, estados que haviam colaborado ativamente com o golpe de 1964.

A intenção do governo autoritário era enfraquecer o PSD e o PTB e criar uma base sólida de apoio ao governo que abarcasse dois terços do Congresso. O restante ficaria no MDB, que encontrou dificuldades na sua formação, como relata Kinzo:

Realmente havia dificuldades que obstaculizavam a formação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pois um partido de oposição ao regime autoritário não seria muito atraente para aqueles que buscavam pelo menos alguma proximidade com o poder, ou que não queriam correr o risco de ter seu mandato cassado em virtude de algum discurso imprudente. É sabido que o presidente Castelo Branco chegou a persuadir um senador a filiar-se ao partido da oposição a fim de viabilizar a criação de um segundo partido político. Além disso, grande parte dos políticos que se opuseram ao golpe de 1964 já havia sido banida da vida política do país (KINZO, 1988, p. 29).

Portanto, o MDB surgiu de parlamentares provenientes do PTB, em sua maioria, e de uma pequena parcela de parlamentares do PSD (KINZO, 1988, p. 209). Era um partido de saída já fraco, dada as dificuldades de seu nascimento e sua oposição a um governo militar e violento, que castigava com a cassação políticos que não agradavam ao governo.

Em que pese tenha começado fraco politicamente, o MDB foi se fortalecendo ao longo dos anos até conseguir, em 1974, uma expressiva vitória eleitoral para o parlamento. Essa vitória gerou o início da transição e abertura política a qual nos referimos no capítulo anterior.

Com a Reforma Partidária de 1979, o MDB passa a se chamar PMDB, cumprindo assim a legislação eleitoral, exigente da palavra “partido” antes do nome das agremiações. Das fileiras do MDB grande parte funda o PMDB, mas alguns poucos vão para o Partido Popular, PDT, PTB e PT (KINZO, 1988, p. 209).

O início do primeiro governo civil, de José Sarney, comandado pelo PMDB, representou um grande ganho ao partido em termos eleitorais, sobretudo por conta do até

então bem-sucedido Plano Cruzado²⁶. No pleito de 1986, em que os governadores foram eleitos, o partido conquistou 96% dos estados, não vencendo apenas em Sergipe, onde ganhou o PFL (NICOLAU, 2012).

No entanto, na medida em que o governo Sarney se desgastava perante a opinião pública, acontecia o mesmo com o PMDB – pelo menos ao nível da Presidência da República: nas duas próximas eleições, em 1989 e em 1994, os candidatos peemedebistas Ulysses Guimarães e Orestes Quécia, respectivamente, amargaram derrotas eleitorais significativas.

No parlamento, o PMDB consegue ser o maior partido desde o primeiro governo civil até o final dos anos 1990, quando perde para o PSDB e PFL. Em 2002, quem assume o primeiro lugar em número de deputados é o PT para, em 2006, o título retornar ao PMDB até 2010, quando novamente o PT assume a liderança. Isso não nos faz descartar, entretanto, o fato do PMDB ser o maior partido do Brasil e o mais capilarizado: este é a única agremiação que possui diretórios municipais em todas as cidades brasileiras (TSE, 2014).

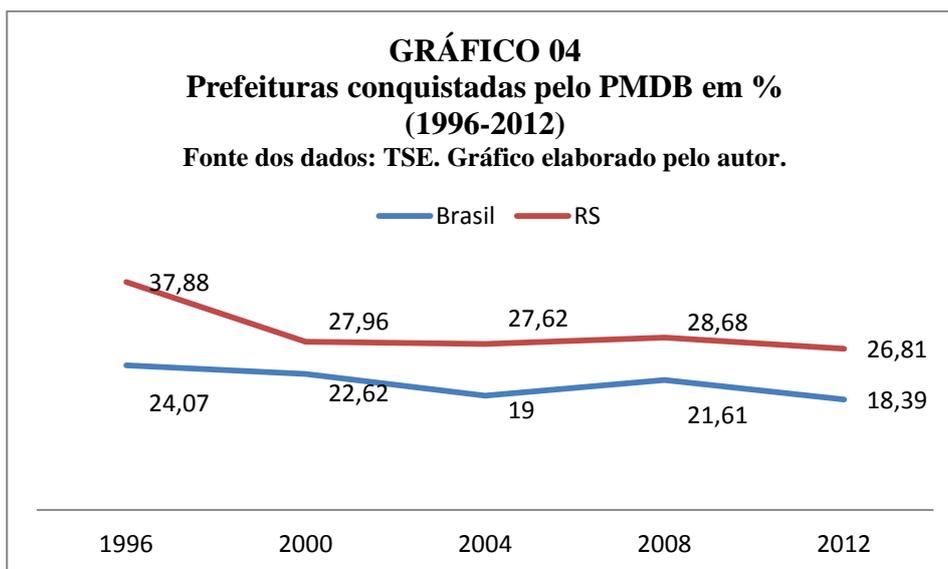
No plano das eleições municipais, o PMDB é quem detém mais prefeituras desde a redemocratização, em 1985. Em que pese venha perdendo executivos ao longo dos anos 90 e 2000, a quantidade de administrações peemedebistas é expressiva. O Quadro 05 nos dá um panorama em números absolutos e em porcentagem das prefeituras peemedebistas ao longo da segunda metade dos anos 90 e primeira década do milênio:

QUADRO 05
Partido do Movimento Democrático Brasileiro em prefeituras
(1996-2012)

		1996	2000	2004	2008	2012
Brasil sem RS	N	1137	1118	920	1057	891
	%	23,17	22,08	18,16	20,91	17,57
RS	N	158	139	137	144	133
	%	37,88	27,96	27,62	28,68	26,81
Total	N	1295	1257	1057	1201	1024
	%	24,07	22,62	19	21,61	18,39

Fonte dos dados: TSE. Quadro elaborado pelo autor.

²⁶ O Plano Cruzado foi desenvolvido pelo Presidente Sarney como uma tentativa de controlar a inflação, congelando os preços, o que lhe gerou uma popularidade momentânea. Com o insucesso do Plano, a popularidade caiu rapidamente, por consequência, a do PMDB também.



Observando os dados apresentados no Quadro 05 e no Gráfico 04, é possível inferir que o PMDB nacional e no estado do Rio Grande do Sul diminuem sua abrangência em executivos municipais ao longo das eleições. Uma diferença é como se deu essa perda de administrações locais: enquanto que no território nacional o partido sucessivamente perde prefeituras (com exceção de 2008), o PMDB gaúcho perdeu em torno de 10% em 2000, para estabilizar-se entre 2004 e 2012.

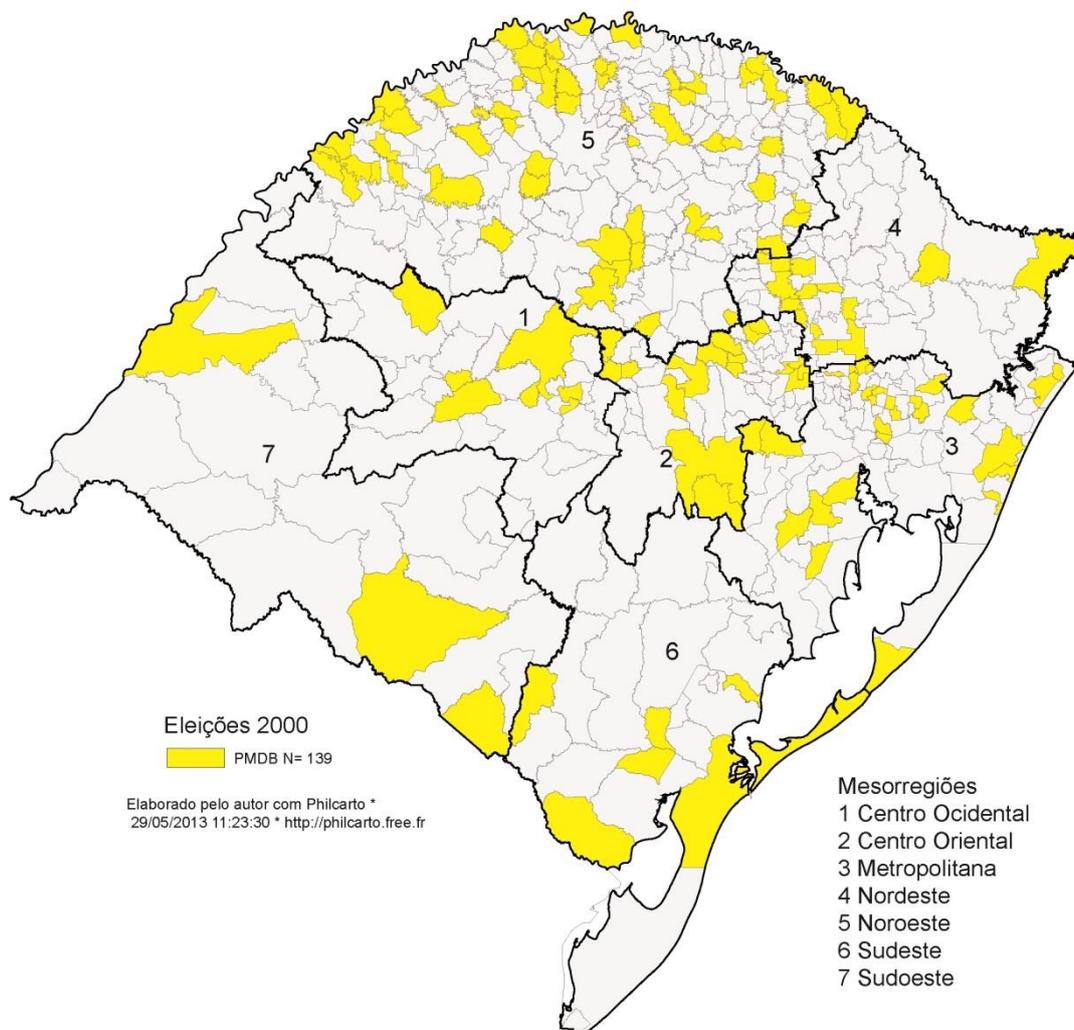
No estado, o partido tem uma abrangência parecida em diferentes mesorregiões, com exceção do sudeste, onde perdeu muito espaço desde as eleições de 2008. O fato pode ser observado também nas Imagens 05, 06, 07 e 08, representação (em amarelo) das prefeituras peemedebistas nas eleições de 2000, 2004, 2008 e 2012.

QUADRO 06
PMDB: presença (em %) nas mesorregiões do RS
(1996-2012)

	2000	2004	2008	2012
Centro Ocidental	22,58	22,58	25,8	29,03
Centro Oriental	31,48	27,77	25,92	29,62
Metropolitana	28,57	29,59	34,69	30,61
Nordeste	25,92	48,14	48,14	29,62
Noroeste	29,16	22,68	25,92	27,31
Sudeste	28	32	4	4
Sudoeste	15,78	15,78	36,84	10,52

Fonte dos dados: TSE. Quadro elaborado pelo autor.

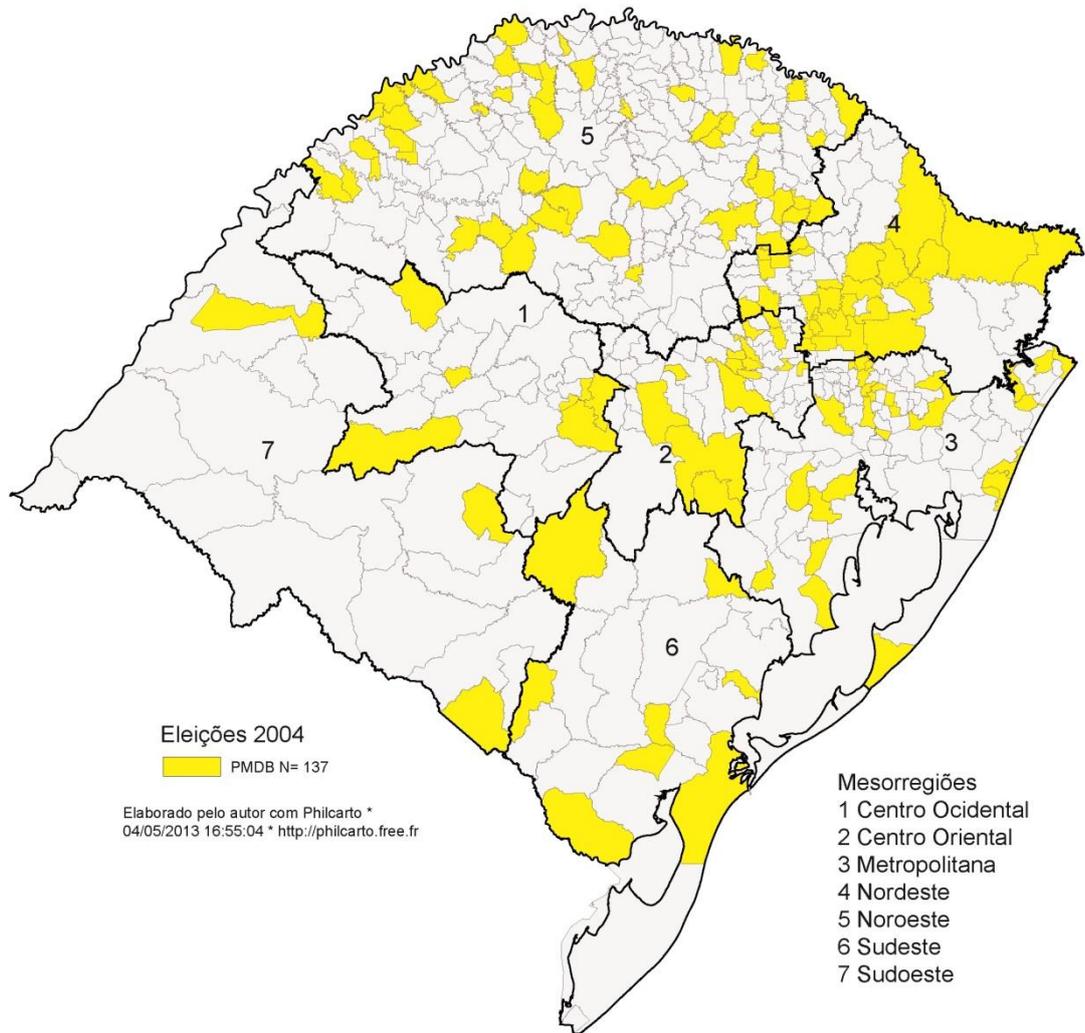
IMAGEM 05
Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Eleições 2000



É possível observar, no pleito de 2000, a capilarização²⁷ eleitoral do PMDB nas regiões Centro Oriental, Metropolitana, Nordeste e Noroeste. O partido possuiu um fraco desempenho nas regiões Sudeste, Sudoeste e, em menor nível, na região Centro Oriental. Os municípios pemedebistas da Nordeste estão concentrados, em uma faixa ao sul da região.

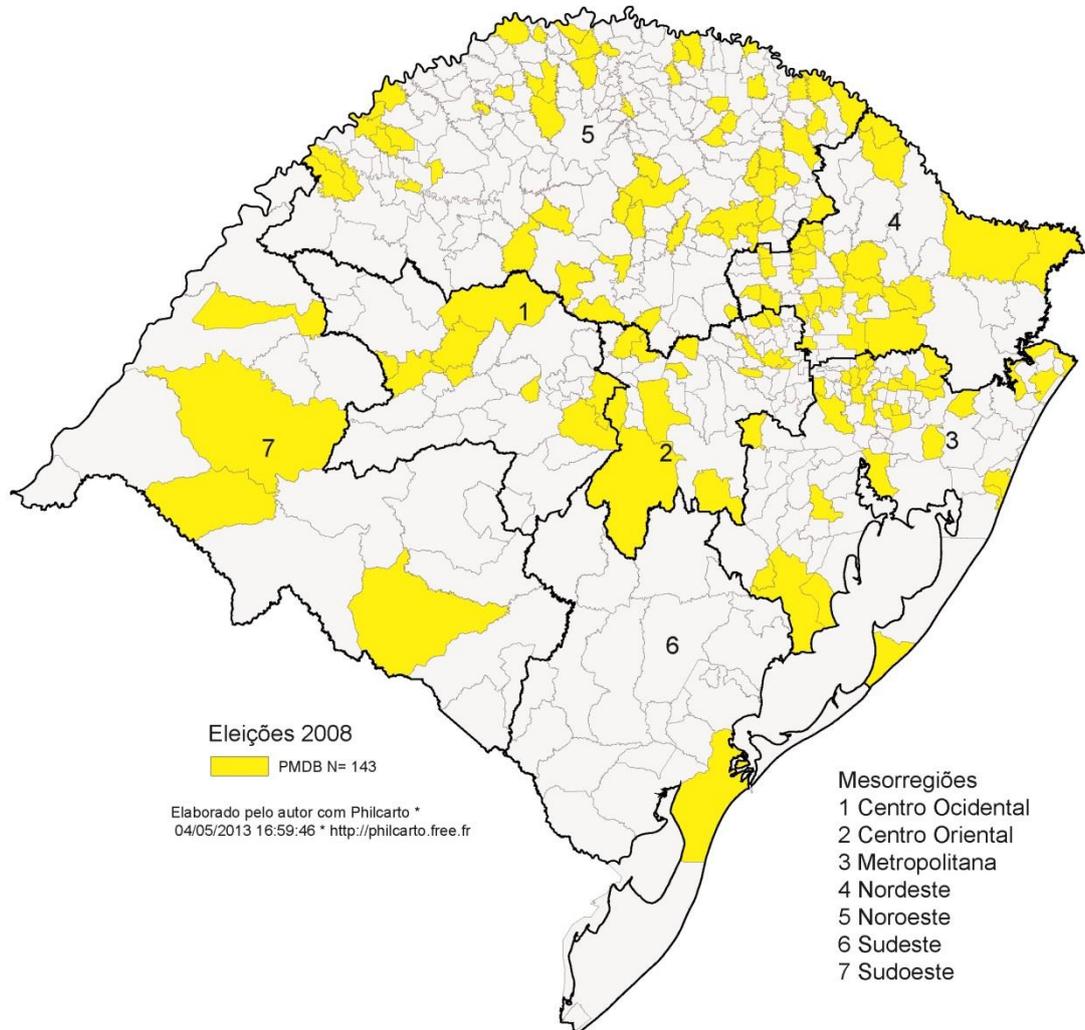
²⁷ Por “capilarização eleitoral”, ou apenas “capilarização”, entendemos a capacidade do partido de conquistar municípios do interior e distantes dos grandes centros urbanos.

IMAGEM 06
Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Eleições 2004



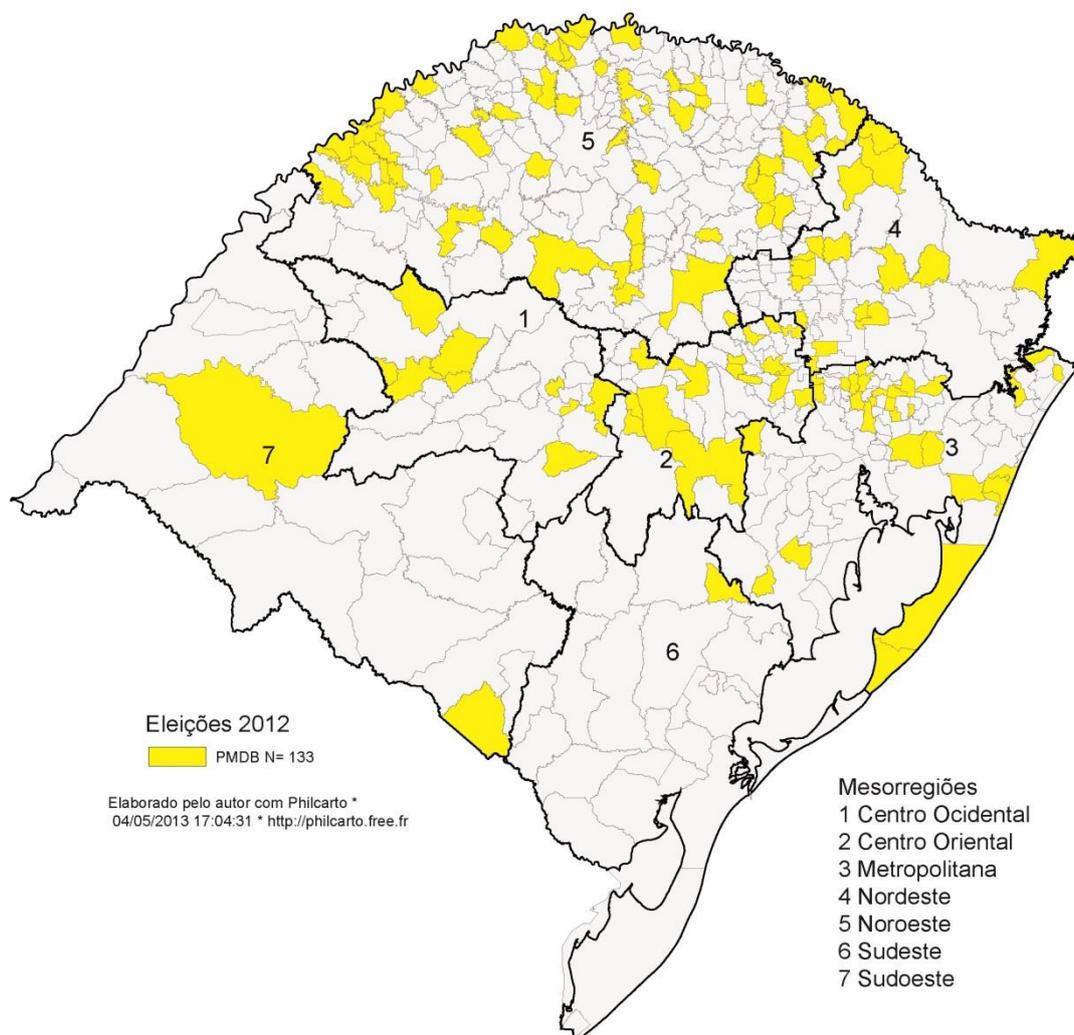
Em 2004, o partido expande seu desempenho nas regiões Noroeste e, principalmente, Nordeste, onde conquista quase metade a mesorregião. Seu desempenho continua fraco, entretanto, nas regiões Centro Ocidental, Sudeste e Sudoeste.

IMAGEM 07
Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Eleições 2008



Em 2008, o PMDB consegue manter sua posição nas regiões ao norte do estado, Nordeste e Noroeste, e expande suas administrações no Sudoeste gaúcho. Perde, ainda mais, ao Sudeste, onde fica com apenas um município.

IMAGEM 08
Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Eleições 2012



Na região Centro Ocidental (número um nos mapas apresentados), a presença do PMDB cresceu ao longo das eleições estudadas. Nos pleitos de 2000 e 2004, o partido manteve seu número de prefeituras, para elevá-lo em 2008 e 2012, quando a evolução chegou a 6,50% em relação ao pleito de 2000. As imagens nos mostram, entretanto, que o número de prefeituras crescente não significa uma continuidade da administração, como reeleição ou eleição de um sucessor, onde o partido se manteria no mesmo município da mesoregião. As prefeituras peemedebistas da região Centro Ocidental no pleito de 2000 modificaram-se na sua maioria nos pleitos de 2004 e o mesmo movimento aconteceu em 2008. Em 2012, a configuração dos municípios ficou muito próxima a 2008.

Na região Centro Oriental (número dois), os resultados peemedebistas oscilam. Nesta região, há uma maior estabilidade nos Executivos em que o PMDB já controla, pois um bom número de prefeituras, uma média de 28%, permanece com o partido ao longo dos pleitos.

O PMDB da região Metropolitana (número três) experimentou um número crescente de prefeituras controladas pelo partido até 2008. Entre 2000 e 2008, o crescimento se deu em torno de 6%. Nas eleições de 2012, entretanto, o partido sofre uma retração e perde cerca de quatro pontos percentuais. Percebe-se, ainda, uma continuidade de administração nos municípios, tendo em vista que os mesmos repetem-se ao longo das eleições apresentadas nos mapas anteriores.

O PMDB do Nordeste gaúcho (número quatro) cresceu em 2004 e manteve-se estável em 2008, controlando quase a metade das administrações da região e, em 2012, sofre uma retração que lhe faz perder 29,62% das prefeituras. Entretanto, o partido cresceu se comparado ao pleito de 2004, quando controlava em torno de 26% dos municípios.

No Noroeste do estado (número cinco dos mapas), o partido perdeu a influência que tinha em 2000, quando comparado a 2004 e 2008. Nas eleições de 2012, recupera-se um pouco, abarcando em torno de 27% da região e recuperando municípios que antes controlava e havia perdido (em 2004 ou 2008).

Entre todas as mesoregiões, foi no Sudeste gaúcho (número seis) que o PMDB sofreu maiores derrotas nos últimos anos. Enquanto em 2000 e 2004, o partido controlava uma média de 30% dos municípios desta região, o que resultava em oito cidades, em 2008 e 2012 a sua presença ficou relegada a apenas 4% – uma única cidade. No pleito de 2008, o mesmo conseguiu manter a continuidade de uma administração local, perdida também em 2012, quando recupera unicamente um dos oito municípios de 2000 e 2004.

No Sudoeste (número sete dos mapas), o partido também perdeu espaço entre a última e primeira eleição aqui estudada. Em 2000 e 2004, este conseguiu se manter estável, com aproximadamente 15% dos municípios da região. Em 2008, obtém um desempenho excelente, conquistando quase 37% das cidades localizadas na mesoregião, o que resulta, em números absolutos, em quatro municípios, tendo em vista estes serem de grande extensão territorial. Há uma forte retração, entretanto, em 2012, quando o partido elege-se para apenas duas administrações locais, o que resulta em 10,52% da região.

3.3 Considerações parciais

Procuramos analisar o desempenho dos dois maiores partidos do Rio Grande do Sul, Partido Progressista e Partido do Movimento Democrático Brasileiro, de forma comparada entre as eleições municipais de 1996 a 2012. Para isso, apresentamos os resultados eleitorais em gráficos – reservados por partido – e, em seguida, analisamos estes mesmos números dispostos no mapa do estado (entre as eleições de 2000 a 2012; a eleição de 1996 foi excluída desta etapa dada a sua semelhança com o pleito de 2000).

O predomínio da direita no plano municipal desde o retorno das eleições diretas em 1982, observado por Meneguello (2007), ao qual nos referimos no capítulo anterior, é visível no Rio Grande do Sul, onde o PP é o maior partido do estado. Além disso, podemos entender a abrangência do PP como um aspecto da transição política para a democracia brasileira que reuniu elementos conservadores e democráticos em um mesmo sistema político, conforme explicitou Weffort (1984; 1992). Para o autor, na medida em que as tradições conservadoras iam ficando para trás, muitas delas se integraram ao sistema político democrático. A predominância do Partido Progressista, o partido fruto da ARENA, sustentação parlamentar do regime ditatorial, é resultado dos aspectos da transição e dos “entulhos autoritários” – mecanismos e instituições gestadas ao longo do período militar e para este favorecer, que ainda não foram superadas no atual sistema político – (MAINWARING, MENEGUELLO, POWER, 2000) que partidos autoritários nos relegaram até os nossos dias.

Ainda quanto ao PP, em que pese os “altos e baixos” do partido em plano nacional, por exemplo, quando sua bancada diminuiu no parlamento, o mesmo consegue manter-se estável nas administrações municipais do Rio Grande do Sul. O PP é o maior partido no RS, mas isto não corresponde à realidade do sistema partidário nacional, em que este possui pouca expressão se comparado ao segundo lugar do estado, PMDB, que possui uma grande bancada no Congresso Nacional e expressão nos demais estados da federação.

Quanto ao PMDB nacional, o partido perdeu gradativamente administrações locais durante 1996 a 2012. Se analisarmos apenas o Rio Grande do Sul, isso não se confirma. O partido em território gaúcho consegue manter-se estável quanto aos resultados das administrações locais. Portanto, a influência do PMDB gaúcho nos resultados eleitorais nacionais cresceu ao longo dos anos.

Os dois partidos no capítulo aqui apresentado provém do período bipartidário (1965-1979): eram a ARENA e o MDB, respectivamente. Sua influência no Rio Grande do Sul ainda hoje é uma herança do período bipartidário, quando apenas esses eram opção de voto. Ainda que outros partidos existam no sistema, considerado multipartidário e fragmentado, são eles quem controlam o jogo político da maioria dos municípios gaúchos. Essa lógica se confirma até as eleições municipais mais recentes, realizadas em 2012.

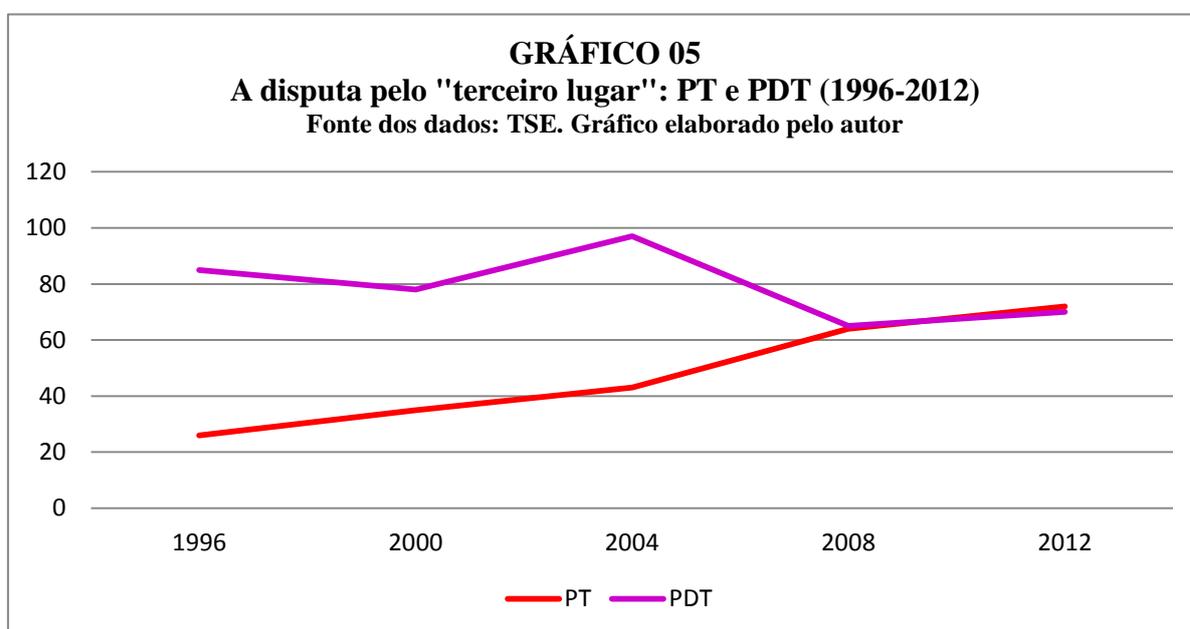
No próximo capítulo, nossa análise recai sobre o Partido dos Trabalhadores (PT), que disputou o “terceiro lugar” em número de prefeitos eleitos ao longo de 1996 a 2012, crescendo a cada pleito em que disputou e conquistando o interior do Rio Grande do Sul.

4 O PT E A DISPUTA PELO “TERCEIRO LUGAR” NO ESTADO

Neste capítulo, analisamos a trajetória eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT), atualmente o terceiro colocado em número de prefeituras no estado do Rio Grande do Sul. Comparamos os dados com o desempenho do PDT, tendo em vista que este antes controlava um número expressivo de administrações, mas vem sofrendo uma perda eleitoral. Nesse sentido, o PT cresceu a cada eleição e em 2012 conquista o terceiro lugar no estado, superando o PDT.

4.1 Partido dos Trabalhadores (PT)

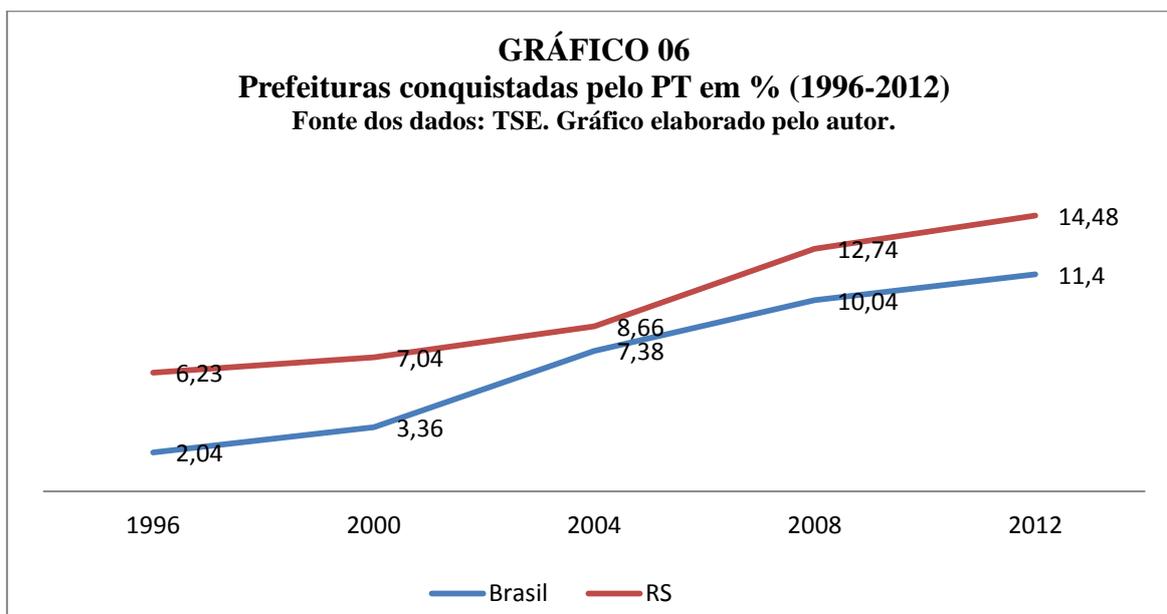
Com o PP e o PMDB controlando pouco mais de 50% das administrações locais rio-grandenses, resta a outros dois partidos a disputa pelo “terceiro lugar” em número de prefeituras no estado do Rio Grande do Sul. Esta disputa ficou marcada, durante o período analisado, pela atuação do PDT e do PT nos municípios do interior do estado.



Entretanto, a trajetória eleitoral dos dois partidos, PT e PDT, desenha-se de forma oposta: enquanto que o PT cresceu a cada disputa, sempre conquistando mais prefeituras no estado, o PDT sofreu uma queda eleitoral. Como podemos observar no Gráfico 05, o PT

disputava eleitoralmente um espaço antes ocupado pelo PTB, superando-o em 1996, e passa a disputar o espaço pedetista.

O PT gaúcho acompanha o desempenho eleitoral do partido ao nível nacional, onde o mesmo cresce a cada eleição, como podemos perceber no Gráfico 06, representado a seguir:



Denise Ferreira e Pedro Ribeiro (2009) apontam o fenômeno vivido pelo PT, de crescimento eleitoral, como uma “marcha rumo ao interior” (FERREIRA; RIBEIRO, 2009, p. 39), pois este era um partido predominantemente urbano e de capitais durante seus primeiros anos de vida, com pouca expressão nas cidades de interior (MENEGUELLO, 1989, p. 134).

David Fleischer (2002) também observou o crescimento eleitoral do PT ao nível municipal por todo o Brasil, concentrado principalmente ao sul e sudeste do país. Havia, ainda, uma grande penetração nos grandes centros e imediações, somada a um desempenho tímido aos municípios mais distantes (FLEISCHER, 2002, p. 82).

É notável o crescimento eleitoral do PT no estado ao longo da série estudada. Esse crescimento provém, sobretudo, das cidades antes controladas pelo PDT, PP e PMDB. Uma percentagem pequena de municípios cuja prefeitura é administrada pelo PP ou PMDB foi

conquistada pelo PT²⁸. O Quadro 07 apresenta (em %) os municípios em que o PT vence a disputa e qual era o partido que antes o administrava.

QUADRO 07

Desempenho eleitoral do PT: partido anterior nas cidades do Rio Grande do Sul em % (2000-2012)

Eleição/ Partido	PP	PMDB	PDT	PT	Outros
2012	22,22	13,58	6,18	39,5	18,52
2008	8,19	22,95	47,55	13,11	8,2
2004	27,9	11,66	6,8	41,98	11,66
2000	26,45	23,5	6	32,35	11,7

Fonte dos dados: TSE. Quadro elaborado pelo autor.

Nas eleições 2000, em torno de 32% dos municípios foi uma continuidade da administração petista cuja vitória ocorreu em 1996. Um número grande das cidades que o PT venceu, em torno da metade, era antes controlado pelos dois maiores partidos do estado: PP e PMDB. Nesse pleito, poucas foram as prefeituras pedetistas que o PT conquistou: 6% das 35 cidades.

Em 2004, há uma continuidade de administração em aproximadamente 41,98% das cidades petistas. Em torno de 28% das cidades cujo PT venceu era anteriormente controlada pelo maior partido do estado, o PP. Uma parcela menor, 11,66% das prefeituras pertenciam ao PMDB e 6% ao PDT. Outros partidos, menores que o PT, também perderam prefeituras para este: 11,66% das administrações eram antes controladas por agremiações como PTB e PFL.

No pleito de 2008, aproximadamente 13% das vitórias petistas representaram uma continuidade de administração anterior. Quase metade das cidades em que venceu, a prefeitura anterior era controlada pelo PDT. Aos dois maiores partidos, o PT conquista 8,19% para o PP e 22,95% para o PMDB.

Em 2012, as continuidades na administração local – reeleição ou vitória do sucessor – representaram quase 40% das vitórias do PT. 22,22% eram cidades antes controladas pelo PP, 13,58% pelo PMDB e 6,18% pelo PDT.

²⁸ Para consultar as cidades cujo PT conquistou, ver a base de dados de municípios e resultados eleitorais em CD anexo.

A análise destes dados revela, com exceção de 2008, um alto grau de continuidade das administrações petistas, aliada a expansão do partido no interior, tendo em vista a porcentagem de prefeituras que permanecem com o partido ser bem alta.

O Quadro 08 demonstra, em porcentagem, a inserção regional do PT no Rio Grande do Sul. As Imagens 10, 11, 12 e 13, representadas a seguir, demonstram as cidades e regiões em que o PT venceu eleições entre 2000 e 2012.

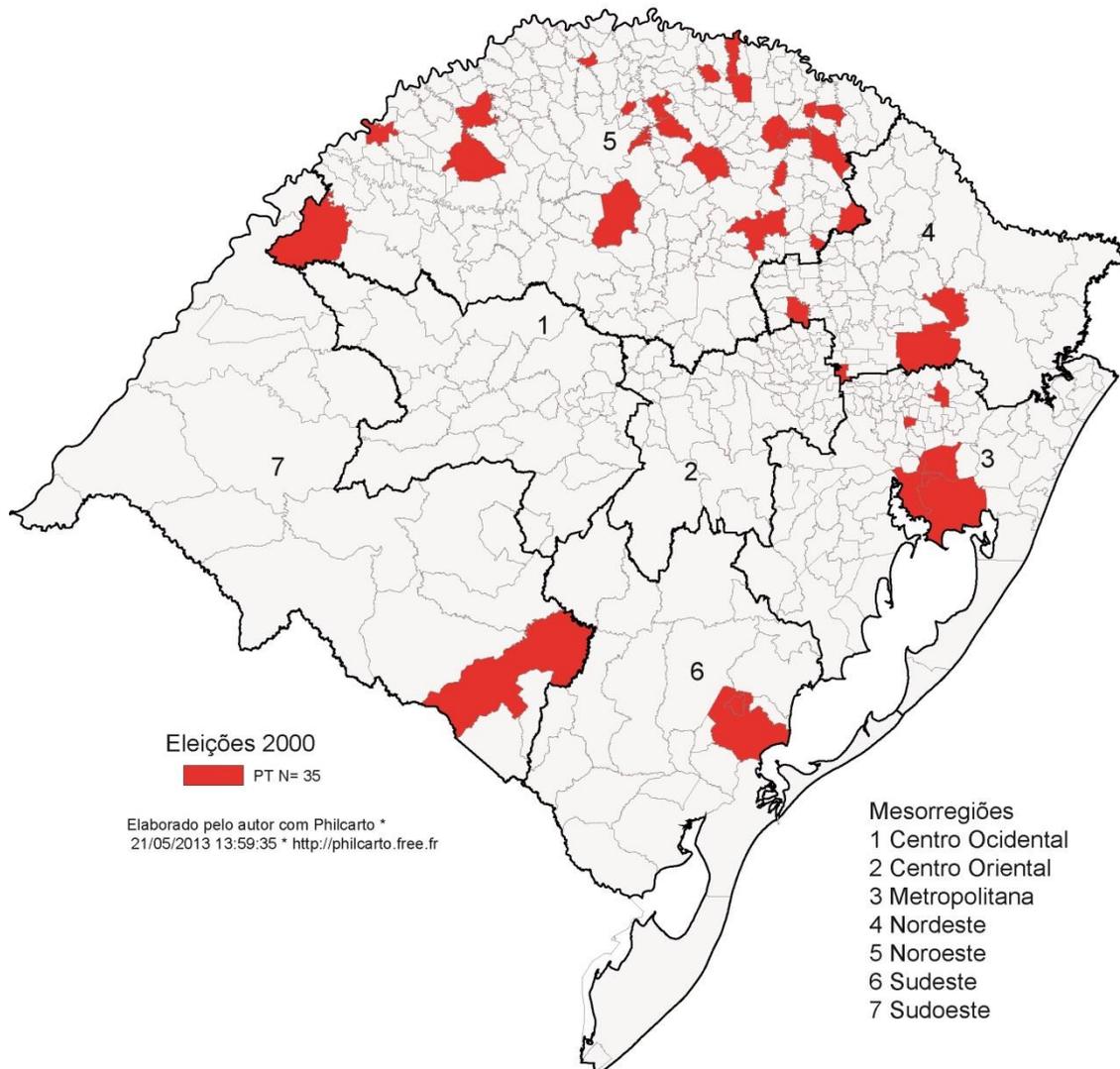
QUADRO 08

Partido dos Trabalhadores: presença (em %) nas mesorregiões do Rio Grande do Sul (2000-2012)

	2000	2004	2008	2012
Centro Ocidental	0	6,45	9,67	16,12
Centro Oriental	0	5,55	9,25	16,66
Metropolitana	7,14	10,2	12,24	12,24
Nordeste	5,55	5,55	9,25	9,25
Noroeste	10,18	10,18	14,35	14,35
Sudeste	8	4	28	28
Sudoeste	5,26	10,52	5,26	15,79

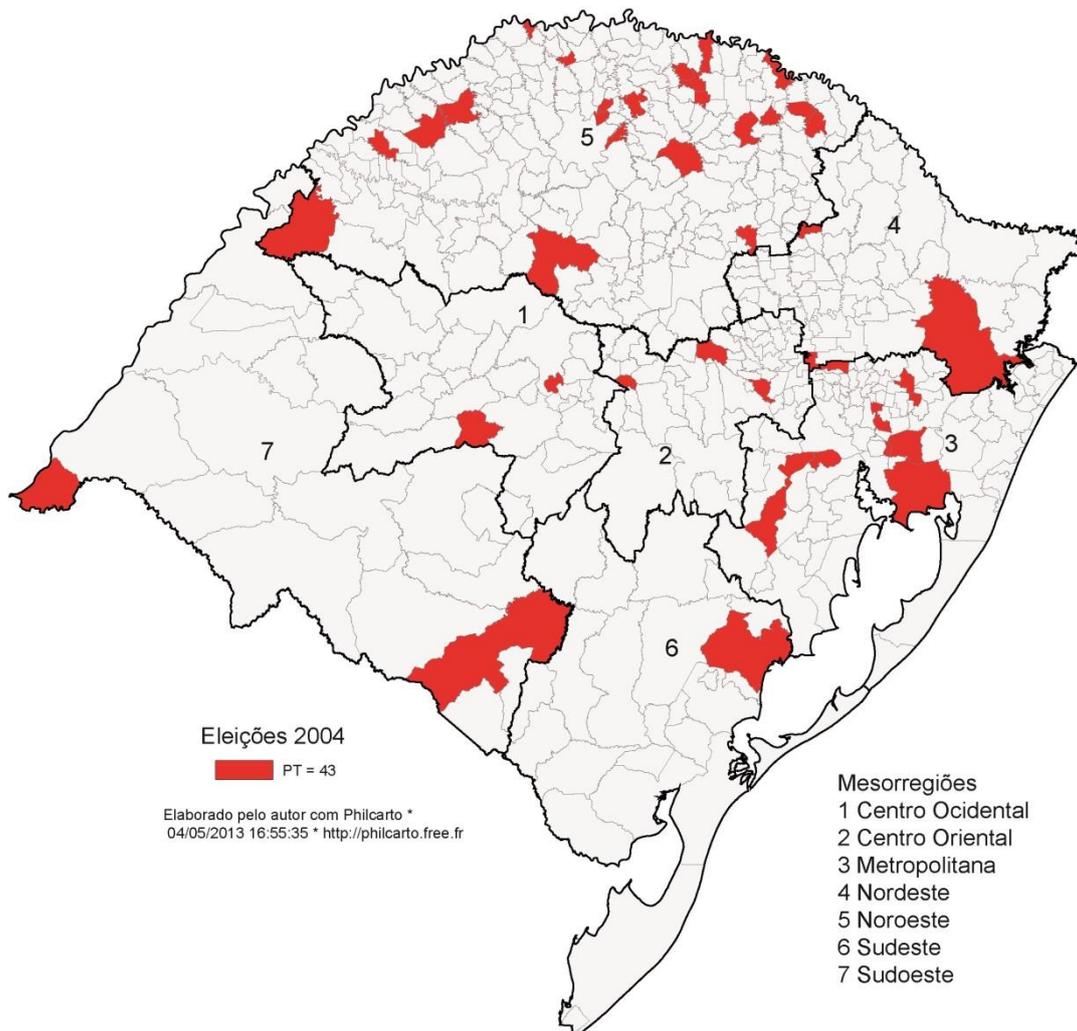
Fonte dos dados: TSE. Quadro elaborado pelo autor.

IMAGEM 09
Partido dos Trabalhadores – Eleições 2000



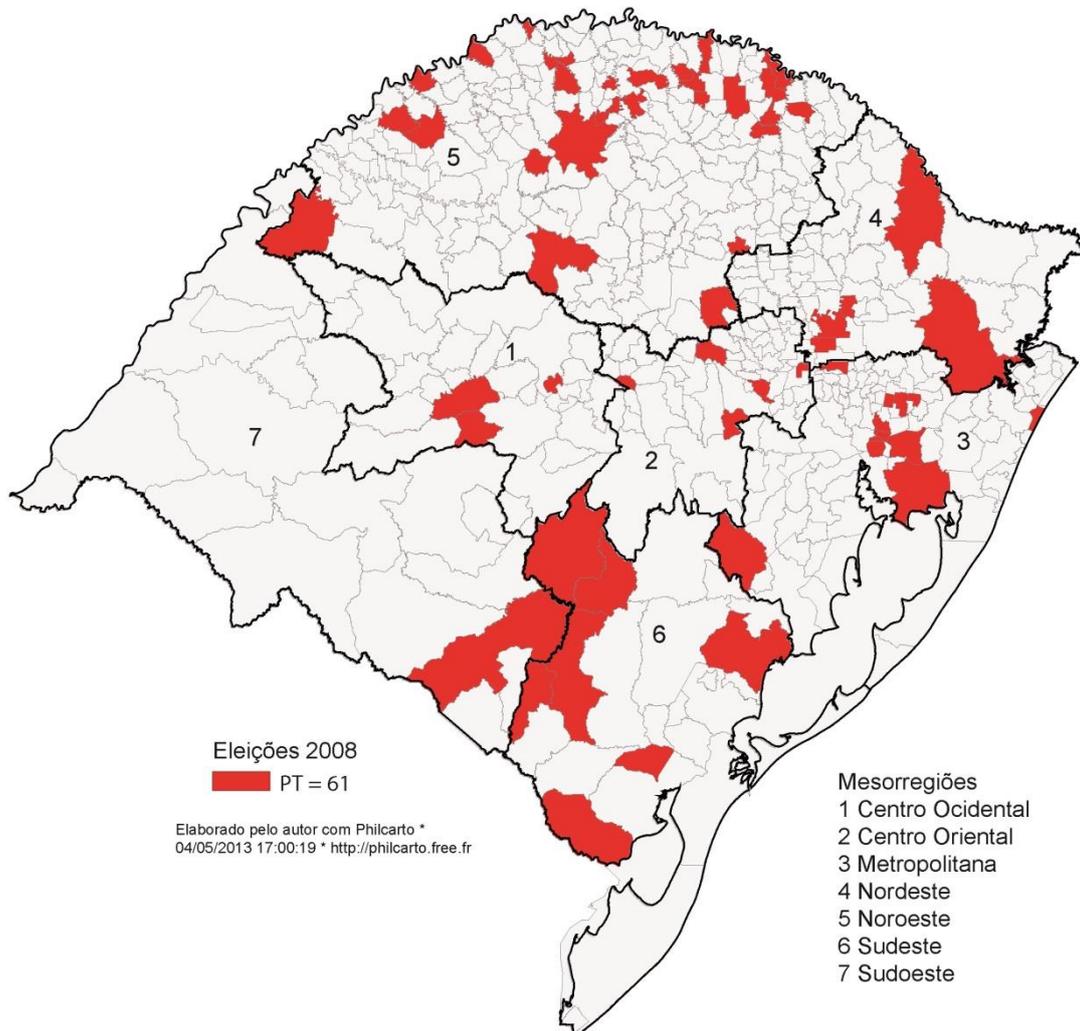
Nas eleições de 2000, a presença do PT estava fortemente concentrada na capital do estado, Porto Alegre e região metropolitana, e na mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul. Havia uma presença tímida na região Nordeste, com três municípios, e na região Sudeste, com dois municípios. O PT inexistia em prefeituras das regiões Centro Ocidental e Centro Oriental. O que se percebe, neste pleito, é um partido ainda fortemente urbano e pouco inserido nas cidades interioranas.

IMAGEM 10
Partido dos Trabalhadores – Eleições 2004



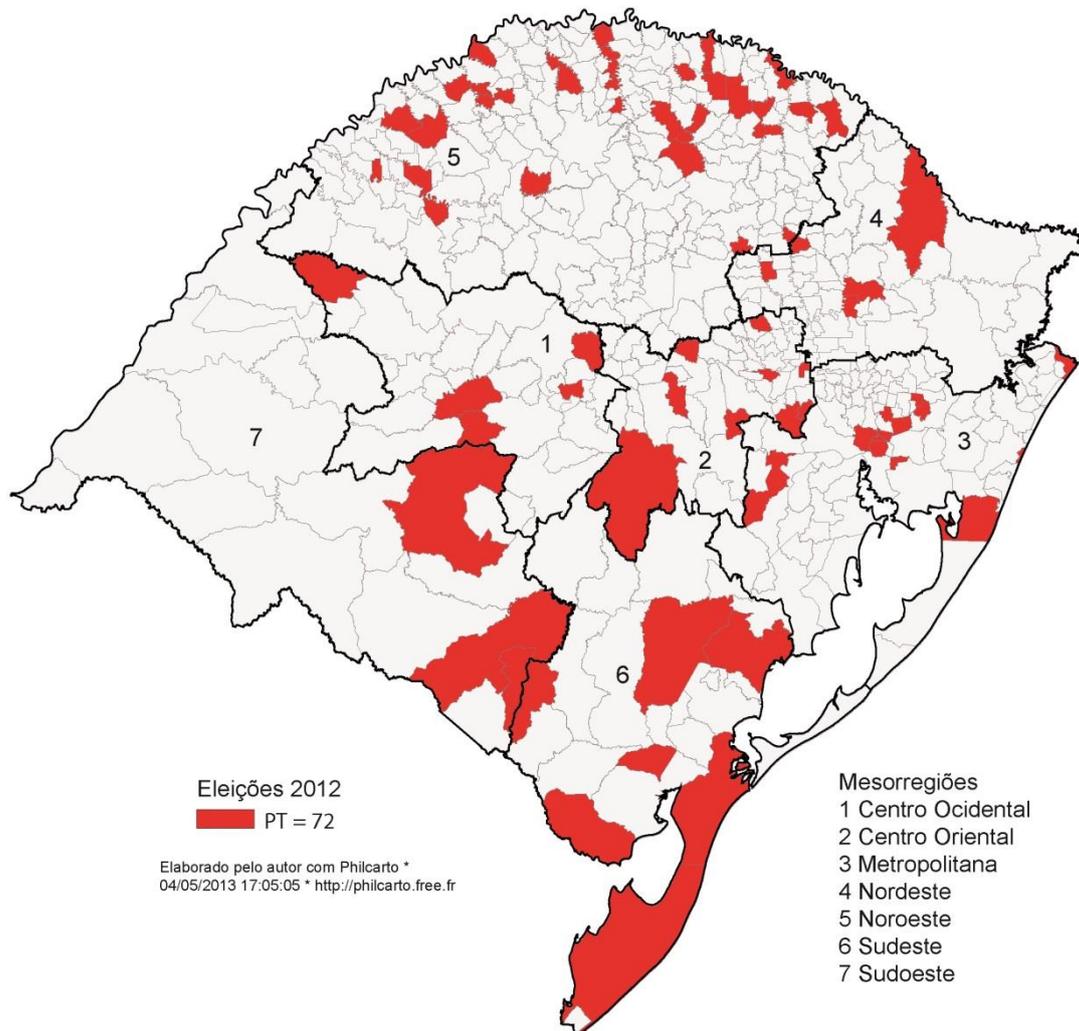
Em 2004, o PT dá maior velocidade ao seu processo de capilarização eleitoral e elege prefeitos em todas as mesorregiões do estado. Nas regiões Centro Ocidental e Centro Oriental, onde anteriormente não havia administração petista, o partido vence em cinco cidades.

IMAGEM 11
Partido dos Trabalhadores – Eleições 2008



Em 2008, o partido consegue uma forte inserção da mesorregião Sudeste, mantendo a sua presença também ao Noroeste do estado. Por outro lado, sua força eleitoral continua baixa nos municípios do Sudoeste gaúcho: este controla apenas uma cidade da região.

IMAGEM 12
Partido dos Trabalhadores – Eleições 2012



No pleito de 2012, a força do PT na cidade de Porto Alegre, capital do estado, e cidades vizinhas não consegue eleger seus candidatos. No interior o partido expande sua inserção na região Centro Oriental e mantém sua força eleitoral nas regiões Noroeste e Sudeste.

4.2 Considerações parciais

Como apontaram Ferreira e Ribeiro (2009), o Partido dos Trabalhadores viveu uma “marcha para o interior” no Rio Grande do Sul. A literatura apontou que o mesmo aconteceu

ao resto do Brasil, com um avanço da esquerda para além das capitais (MENEGUELLO, 2007).

Os dados confirmam as afirmações: de 1996 a 2012, o partido conquistou a cada eleição cada vez mais municípios do interior gaúcho. Entretanto, o mesmo consegue isso ao mesmo tempo em que perde sua força eleitoral na capital do estado, Porto Alegre. Esta força se construiu a partir de sucessivas vitórias do partido na capital no final dos anos 80, quando se destaca com o “orçamento participativo” e uma gestão participativa de recursos (DAMIN 2013). No entanto, a partir dos anos 2000, há uma crescente fragilização dos votos petistas, que diminuem cada vez mais. No pleito de 2008, se consolida a derrocada do mesmo.

O PT conquistou o terceiro lugar em número de prefeituras no Rio Grande do Sul, ultrapassando o PDT na eleição de 2012. No entanto, ainda que seja o único partido em que a cada eleição cresce mais, ainda está bem longe de chegar aos dois maiores partidos do estado (PP e PMDB), que controlam quase 60% das administrações locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos, nesse trabalho, o desempenho dos três maiores partidos (em número de prefeituras) do Rio Grande do Sul, sendo eles o PP, o PMDB e o PT. Esta análise se deu a partir dos dados das eleições municipais de 1996 a 2012.

O partido que mais possui prefeituras no estado é o Partido Progressista, de direita. Este predomínio de agremiações ligadas à direita já foi observado por Meneguello (2007) desde as eleições de 1982, quando estava se iniciando a configuração do atual sistema partidário brasileiro. Alguns autores (MAINWARING; MENEGUELO; POWER, 2000) referem-se às preposições ligadas a esses partidos como “entulhos autoritários”, fruto de uma transição negociada entre as elites autoritárias para com as elites democratizantes. Conforme demonstramos, o predomínio do PP é um aspecto do bipartidarismo e da ARENA que perdura até hoje na política brasileira.

O segundo partido analisado foi o PMDB. Diferentemente do PP, cujos resultados no Rio Grande do Sul são bem superiores ao restante do país, o PMDB é o maior partido em número de prefeituras por todo o território nacional. Entretanto, em plano nacional o partido sucessivamente perdeu prefeituras ao longo da série estudada. O mesmo movimento não acontece no estado: o partido perde prefeituras em 2000 (em torno de 10% se comparado a 1996), mas estabiliza-se entre 2000 e 2012, com uma variação de apenas 1% entre os resultados.

Ambos os partidos, PP e PMDB, provêm do período bipartidário (1965-1979). Sua influência no atual sistema, sobretudo nas cidades do interior, demonstra um enraizamento da política partidária desenvolvida sob o autoritarismo brasileiro.

Quanto ao último partido aqui estudado, o PT, este viveu em todo o território nacional uma interiorização. Fundado de forma predominantemente urbana, o partido cresceu a cada eleição que passou, desde 1982, nas cidades do interior. Nossa contribuição, nesse aspecto, foi observar as regiões aos quais o PT conquistou maior penetração e capilarização eleitoral: o PT de 2000 inexistia nas mesorregiões Centro Ocidental e Centro Oriental do estado e possuía pouca expressão nas demais (Metropolitana, Sudeste, Sudoeste, Nordeste e Noroeste).

Entre 2004 e 2012, a influência do partido nas duas regiões ao qual este não tinha prefeituras cresceu a ponto de se tornar o maior número de administrações petistas no estado depois do Sudeste, onde o mesmo controla atualmente em torno de 28% da região (desde 2008).

A “conquista do interior” em que o PT cumpriu a cada eleição disputada se confirma no Rio Grande do Sul, onde este é atualmente o terceiro maior partido e o único que não perde prefeituras de uma eleição para outra, gesto que nem o PP nem o PMDB conseguem realizar. Enquanto estes perdem executivos municipais por todo o Brasil e no RS se estabilizaram em um número abaixo ao qual possuíam no final dos anos 1990, o PT consegue se expandir e conquistar prefeitos em todas as mesorregiões do estado.

O trabalho buscou mapear e analisar a competição eleitoral municipal no Rio Grande do Sul levando em conta os três maiores partidos atualmente. PP e PMDB, frutos de um sistema partidário anterior ao vigente, ainda permanecem fortes na cena política, no entanto sofrendo uma leve derrocada nos últimos anos. O Partido dos Trabalhadores, novidade de 30 anos atrás, quando a Reforma Partidária de 1979 inaugurou novamente o multipartidarismo brasileiro, é o único partido do estado que cresce a cada disputa eleitoral e, em 2012, conquistou o terceiro lugar, ficando agora atrás apenas dos mais antigos partidos em funcionamento.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALMEIDA, L. C. *PPB: origem e trajetória de um partido de direita no Brasil*. São Paulo: USP, 2004. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política).
- AVELAR, L.; WALTER, M. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Opinião Pública*, Campinas, n.1, v. 14, 2008, pp. 96-122.
- BENEVIDES, M. V. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *O PTB e o Trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRASIL. *Ato Institucional número 2*. 1965. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Último acesso em 13 de janeiro de 2014.
- CÁNEPA, M. M. L. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945- 1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- CARREIRÃO, Y. S. As eleições para prefeito em Florianópolis: contribuição para uma história eleitoral. *Perspectivas*, v. 35, São Paulo, jan-jun/2009, p. 35-62.
- CHACON, V. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Ed. UnB, 1981.
- CHILCOTE, R. *Teorias de Política Comparativa: a busca de um paradigma reconsiderado*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- DAMIN, C. A fragilização eleitoral do PT em Porto Alegre. *Em Debate*, v.5, n.1, Belo Horizonte, jan/2013, p. 44-52.
- DELGADO, L. A. N. *PTB: do getulismo ao reformismo radical. (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. Brasília: Ed. UnB, 1980.
- FERREIRA, D. P.; RIBEIRO, P. O voto e a máquina: as trajetórias de implantação local de PT e (P)MDB em perspectiva comparada. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. *Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009, pp. 37-66.
- FICO, C. *O Grande Irmão – da operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.
- FIGUEIREDO, M. F.; CHEIBUB, J. A. B. A Abertura Política de 1973 a 1981: Quem disse o Quê, Quando – inventário de um debate. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 14, 1982, pp. 29-61.

FLEISCHER, D. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). *Opinião Pública*, Campinas, n.1, v. VIII, 2002, pp. 80-105.

_____. Os partidos políticos. In: CINTRA, A. O.; AVELAR, L. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2007, pp. 303-347.

GOMES, A. Q. *O discurso fundacional do PT: uma novidade na política brasileira*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política).

GRINBERG, L. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

HIPÓLITO, L. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KERBAUY, M. T. As eleições municipais de 2008: federações partidárias ou partidos nacionais. *Perspectivas*, v. 35, São Paulo, jan-jun/2009, pp. 15-33.

_____. *As eleições municipais de 2008: federações partidárias ou partidos nacionais*. 7º Encontro da ABCP, Recife, 2010.

KINZO, M. D. G. Novos Partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, B. *Voto de Desconfiança: eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979*. Petrópolis: Vozes, São Paulo: CEBRAP, 1980, pp. 217-260.

_____. *Oposição e autoritarismo: gêneses e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

LAMOUNIER, B. Apontamentos sobre a questão democrática brasileira. In: ROUQUIÉ, A.; LAMOUNIER, B.; SCHARZER, J. *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 104-140.

_____.; MENEGUELLO, R. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1946-1964)*. São Paulo: Revan, 1991.

LIMA JR, O. B. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional: 1945-64*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MADEIRA, R. M. *Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. (Tese de Doutorado em Ciência Política).

MAINWARING, S. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____.; SCULLY, T. R. A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 37, n. 1, 1994, pp. 43-79.

MARENCO, A. Devagar se vai longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, C. R.; SAÉZ, M. A (orgs.). *A Democracia Brasileira: balanços e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, pp. 73-108.

MARTINS, L. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: O’DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (eds.) *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988, pp. 108-139.

MELO, C. R. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, C. R.; SAÉZ, M. A (orgs.). *A Democracia Brasileira: balanços e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, pp. 267-302.

MENEGUELLO, R. *Partidos e governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. *PT: A formação de um Partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Tendências eleitorais ao fim de 21 anos de democracia. In: MELO, C. R.; SAÉZ, M. A (orgs.). *A Democracia Brasileira: balanços e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, pp. 367-404.

_____.; AMARAL, O. E. Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil. *Brazilian Studies Programme*, University of Oxford, Occasional Paper, 2008. Disponível em: < <http://www.lac.ox.ac.uk/sites/sias/files/documents/BSP-02-08%20Amaral%20O.pdf>>. Último acesso em 24 de agosto de 2013.

MORAES NETO, G. *Dossiê Brasil: as histórias por trás da História recente do país*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

MORLINO, L. Teoria da democratização, qualidade da Democracia e pesquisa de opinião: ainda em “mesas separadas”? In: MOISÉS, J. Á. *Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos desconfiam das Instituições Públicas?*. São Paulo: Edusp, 2010, pp. 23-44.

NICOLAU, J. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 47, n. 1, 2004, pp. 85-129.

NOLL, M. I. *Partidos e Política no Rio Grande do Sul (1928/1937)*. Porto Alegre: UFRGS, 1980. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política).

O’DONNELL, G. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- _____. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice, 1986.
- _____. *Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- _____. Democracia, desenvolvimento humano e direitos humanos. *Revista Debates*, v. 7, n. 1, Porto Alegre, jan-abr/2013, pp. 15-144.
- _____. Introdução aos casos latino-americanos. In: O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (eds.) *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988, pp. 17-36.
- _____.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (eds.) *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988a.
- _____.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (eds.) *Transições do regime autoritário: Sul da Europa*. São Paulo: Vértice, 1988b.
- _____.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (eds.) *Transições do regime autoritário: comparações e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1993.
- _____.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (eds.) *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões acerca de democracias incertas*. São Paulo: Vértice, 1988c.
- PANEBIANCO, Angelo. Comparación y explicación. In: SARTORI, G.; MORLINO, L. (orgs). *La comparación en las ciencias sociales*. Madri: Alianza editorial, 1994, pp. 81-104.
- PERES, P. S. *O Sistema Partidário e a Volatilidade Eleitoral na Dinâmica Democrática Brasileira*. São Paulo: USP, 2005. (Tese de Doutorado em Ciência Política).
- REIS, F. W. O eleitorado, os partidos e o regime autoritário brasileiro. In: SORJ, B.; TAVARES, M. H. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 91-131.
- RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.17, n. 48, São Paulo, fev/2002, pp. 31-47.
- SANTOS, F. A República de 46: separação de poderes e política alocativa. In: MELO, C. R.; SAÉZ, M. A (orgs.). *A Democracia Brasileira: balanços e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, pp. 39-72.
- SARTORI, G. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro/Brasília: Zahar/UnB, 1982.
- SHARE, D.; MAINWARING, S. Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, 1986, pp. 207-236.
- SINGER, P. *A crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

SKIDMORE, T. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, A (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 27-82.

SOUZA, M. do C. C. A democracia populista, 1945-1964: bases e limites. In: ROUQUIÉ, A.; LAMOUNIER, B.; SCHARZER, J. *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 73-103.

_____. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, A (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 563-628.

_____. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SPECK, B. W.; CARNEIRO, J. M. Apresentação. In: SPECK, B. W.; CARNEIRO, J. M. *Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013. (Cadernos Adenauer XIV, nº. 02), pp. 07-12.

TAROUCO, G. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, Brasília, jul-dez/2010, pp. 169-186.

TAVARES, M. H. O Estado no Brasil contemporâneo: um passeio pela história. In: MELO, C. R.; SAÉZ, M. A (orgs.). *A Democracia Brasileira: balanços e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, pp. 17-38.

TILLY, C. *Democracia*. Petrópolis: Vozes, 2013.

TRINDADE, H. Aspectos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, pp. 119-166.

_____. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul. In: CARDOSO, F. H.; LAMOUNIER, B. (orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. São Paulo: CEBRAP/Paz e Terra, 1978, pp. 153-204.

_____. NOLL, M. I. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul 1823/2002*. Porto Alegre: UFRGS/Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

_____.; NOLL, M. I. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

_____. *Por que democracia?*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Qual democracia?*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Sites consultados

TSE. < <http://www.tse.jus.br/>>. Último acesso em 12 de janeiro de 2014.

IBGE. < <http://www.ibge.gov.br>>. Último acesso em 12 de janeiro de 2014.

PHILCARTO. < philcarto.free.fr>. Último acesso em 07 de outubro de 2013.

ANEXOS

O CD disponível em anexo a este trabalho apresenta a base de dados utilizada para a pesquisa, proveniente do IBGE e do TSE, em *SPSS 21*. Apresenta, ainda, o mapa do Rio Grande do Sul (arquivo *shapefile*), também disponível pelo IBGE, ao modo necessário para ser utilizado pelo programa de cartomática *Philcarto*.